



Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano X • Número 71



"PAÍS MODERNO; CIDADES INTELIGENTES"

CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS



Discutidos os rumos da política e os problemas das cidades



Entrevista Especial:
Márcio França,
novo governador
de São Paulo



Um resumo das
principais notícias
das nossas cidades



FEAPAES
e a legislação
do terceiro
setor



MOSTRAR SEU TALENTO E MELHORAR DE VIDA: OPORTUNIDADES QUE O GOVERNO DO ESTADO ESTÁ ABRINDO CADA VEZ MAIS.

Para transformar seu potencial em realidade, primeiro você precisa de uma chance. Por isso, o Governo do Estado de São Paulo investe cada vez mais em educação, tanto em cursos técnicos quanto no ensino superior. Mais chances, mais escolhas para você realizar seu sonho e chegar mais longe.

Os resultados estão aí:
milhares de jovens já estão seguindo seu caminho.

223
ETECS

71
FATECS

243
POLOS DA
UNIVESP



B **C**

292,8 MIL
BENEFICIADOS COM
**FORMAÇÃO TÉCNICA E
SUPERIOR TECNOLÓGICA**

35 MIL
MATRICULADOS NA
UNIVESP

Sumário

05 Editorial

Responsabilidade e compromisso

06 Entrevista

Márcio França

10 Giro Municipal

12 62º CEM

“País Moderno; Cidades Inteligentes”

34 Espaço “Mulheres em Destaque” no 62ºCEM

37 Alô, primeiras-damas

39 Prefeita é nomeada Embaixadora da Paz

40 Prefeitos ganham sala especial no Palácio dos Bandeirantes

42 Artigos

44 Evento organizado pela Feapaes-SP discutiu legislação do terceiro setor

45 Espaço CPqD

A cidade como Plataforma Digital: Um caminho para mudar a realidade dos municípios brasileiros

48 Espaço IPT

Plataforma IPT Pró-municípios

50 Espaço IBGE

O que há de novo no Pnad Contínua?

52 Municípios Aniversariantes

Abril - Maio

58 Dia-a-dia

Atentado à brasileira

PRESIDENTE DA APM

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1983 a 1988)

1º Vice-Presidente: MARCELO FORTES BARBIERI

Prefeito de Araraquara (2009 a 2012 e 2013 a 2016)

2º Vice-Presidente: EUGÊNIO JOSÉ ZULIANI

Prefeito e Vereador de Olímpia (2009 a 2016 e 2001 a 2008)

3º Vice-Presidente: SILAS BORTOLOSSO

Prefeito de Osasco (1997 a 2000)

4º Vice-Presidente: MARILENE MARIOTTONI

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

SECRETÁRIO GERAL

ANTONIO CESAR GONTUO DE ABREU

Vereador de Barretos (1992 a 1996)

1º Secretário: SEBASTIÃO MISIARA

Vereador de Barretos (1972 a 1996)

2º Secretário: DIXON RONAN CARVALHO

Prefeito de Paulínia (2017 a 2020)

3º Secretário: DANIELA DE CÁSSIA SANTOS

Prefeita de Monteiro Lobato (2013 a 2016 e 2017 a 2020)

TESOUREIRO GERAL

JOÃO EMILIO BUZZO

Prefeito de Mendonça (1989 a 1992 e 1997 a 2000)

1º Tesoureiro: MODESTO SALVIATTO FILHO

Prefeito e Vereador de Brotas (2017 a 2020 e 2001 a 2004 a 2016)

2º Tesoureiro: MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA ROCHA

Prefeito de Regente Feijó (2000 a 2008/2013 a 2016/2017 a 2020)

3º Tesoureiro: PAULO SÉRGIO ALVES

Vereador de Vera Cruz (1997 a 2000)

CONSELHO FISCAL

MARCO ANTONIO CITADINI

Prefeito e Vice-Prefeito de Capão Bonito (2009 a 2016 e 2017 a 2020)

OSCAR GOZZI

Prefeito de Turumã (2017 a 2020)

THIAGO DE MORAES FERRARI

Vereador de Campinas (2009 a 2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

JOSÉ LUIZ RODRIGUES

Prefeito de Aparecida (2001 a 2008)

JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA

Prefeito de Espírito Santo do Pinhal (2013 a 2016)

SIGEFREDO GRISO

Prefeito e Vice-Prefeito de Jaú (1989 a 1992 / 2013 a 2016)

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: ITAMAR BORGES

Prefeito de Santa Fé do Sul (1993 a 1996 / 2001 a 2004 e 2005 a 2008)

Vice-Presidente: WALTER CAVEANHA

Prefeito de Mogi Guaçu (1977 a 1982 / 1989 a 1992 / 1997 a 2000 / 2013 a 2016 e 2017 a 2020)

Secretário: MARCO ERNANE HYSSA LUIZ

Prefeito de Altinópolis (2009 a 2016)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: AQUEVIRQUE ANTONIO NHOLLA

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993 a 1996 / 1983 a 1992 e 2017 a 2020)

Vice-Presidente: FREDERICO GUIDONI SCARANELLO

Prefeito de Campos do Jordão (2013 a 2016 e 2017 a 2020)

Secretário: LUIZ SOUTO MADUREIRA

Vice-Prefeito de Tietê (1988 a 1992)

RELAÇÕES PÚBLICAS

Dalva Christofolletti Paes da Silva

Editorial

Responsabilidade e compromisso

Caros amigos municipalistas, nesta edição estamos reportando, principalmente, o nosso 62º Congresso Paulista de Municípios que, além de ter sido um dos maiores de nossa história, ficará marcado em nossa memória. Plugados com a agenda prioritária deste ano, fizemos questão de assumir nossa condição de **POLÍTICOS**, e mais que isso, demonstrar orgulho disso, e nossa disposição de sermos protagonistas fundamentais nessa construção do futuro de nosso Estado e de nosso País, no processo eleitoral que se aproxima. Começamos recepcionando o Presidente da República, Dr. Michel Temer, dando a ele possibilidade de um contato direto com o municipalismo paulista, recepcionando-o com respeito, enumerando suas ações em benefício dos municípios e, republicaneamente, demonstrarmos nossa alegria e satisfação em recebê-lo.

Oferecemos nossa tribuna aos Candidatos a Presidente da República, e pudemos conhecer as propostas dos que entenderam importante a oportunidade de se comunicarem com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e demais gestores municipais do maior colégio eleitoral do país. Respeitamos os que não atenderam ao nosso convite, mesmo por terem priorizado outros compromissos em detrimento do nosso. Apenas achamos que perderam uma grande e única oportunidade de falarem aos nossos Congressistas.

Oferecemos também nossa Tribuna aos candidatos a Governador, mas não foram todos que aproveitaram o ensejo. Tivemos ausências justificadas por outros compromissos, e também de injustificadas e desinteressadas em se comunicar conosco.

Tivemos ainda uma extensa grade de conteúdo voltada à discussão de assuntos de gestão, que despertou grande interesse e participação. No encerramento, recepcionamos o Ex-Governador Geraldo Alckmin, que no dia anterior renunciara para candidatar-se a Presidente da



Carlos Cruz
Presidente da APM

República, acompanhando o novo Governador, Márcio França, que, cumprindo a tradição, encerrou nosso Evento. Foi um momento memorável de nosso Congresso. Estivemos atentos, durante a preparação do Congresso, para a enorme responsabilidade que temos com a história de nossa entidade, que neste ano completa 70 anos de glórias e conquistas. Responsabilidade para com todos aqueles que, no passado, construíram essa história, marcada por lutas gloriosas e conquistas inesquecíveis. Compromisso de continuar mantendo desfraldada a bandeira do municipalismo paulista escrevendo no presente, as páginas que no futuro também serão reverenciadas pelos que virão. Compromisso de entender a complexidade dessa responsabilidade. Além de assumirmos o cuidado de defender nossa Associação que, legitimamente, defende os interesse coletivos e representa, há 70 anos, os municípios do Estado de São Paulo, daqueles que pretendem, ao desprezá-la, diminuir sua força, importância e engajamento histórico.

Nosso compromisso é de trabalhar incessantemente para cumprir nosso papel, e estamos, ao final de nosso Congresso, experimentando a agradável sensação do dever cumprido.

Você saberá porque nas páginas seguintes.

Boa leitura, e nossas melhores saudações municipalistas.

REVISTA MUNICÍPIOS
DE SÃO PAULO

MARÇO/ABRIL 2018

**EDITOR E JORNALISTA
RESPONSÁVEL**

Flávio Lamas

DESIGN GRÁFICO

Ana Paula Moraes

IMPRESSÃO

Lince Gráfica e Editora

www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e
números atrasados:
(11) 2165-9999
apaulista@paulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:
imprensa@paulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

Alian mun e trans mar estilo



ça com icípios parência cam o França

Na madrugada do dia 1º de maio, quando ardia em chamas um prédio do Largo Paissandu, em São Paulo, ocupado por moradores de rua, a primeira autoridade a chegar para acompanhar os trabalhos dos bombeiros foi o recém-empossado governador do Estado, Márcio França. Poucos dias depois, quando a PM Kátia Sastre reagiu a um assalto, defendeu famílias à espera de uma festa para comemorar o Dia das Mães, atirando e matando o assaltante, o governador não pensou duas vezes: ao lado do secretário da Segurança e do comandante da PM, prestou homenagem à policial, como qualquer pessoa de bom senso e que valoriza quem arrisca sua vida pelos outros. O governador Márcio França tem um estilo muito diferente da maioria dos políticos. É rápido na reação e não teme críticas por tomar uma posição. Nem mesmo na política, onde mostra desenvoltura nas alianças, trabalhando com o máximo de pluralidade – aliás como definem os manuais de convivência politicamente corretos desta era da internet. A diferença é que França sempre agiu assim,

desde os tempos da Faculdade de Direito de Santos, quando iniciou sua carreira política pelo PSB, até chegar a vice-governador do Estado, e, com a saída do amigo Geraldo Alckmin para disputar a presidência da República, assumir o principal posto executivo de São Paulo. Márcio França age discretamente, trabalha com agilidade para resolver problemas. Aos 55 anos, França tem um jeito simples de resolver as coisas. A exemplo do governador Alckmin, começou sua carreira como vereador, prefeito eleito e reeleito, passou pelo Congresso Nacional como deputado federal e mesmo antes de ser vice-governador, já teve a experiência como secretário de Estado, criando a Secretaria de Turismo. Toda essa experiência acumulada solidificou seu espírito municipalista, que aplica agora como governador, contribuindo, na medida de sua competência, os instrumentos possíveis para os prefeitos melhorarem suas gestões. O governador Márcio França abriu sua agenda para receber a Revista Municípios, nesta entrevista exclusiva.

Muitos ainda não sabem que o Estado de São Paulo possui um novo governador. Como foi sua trajetória até este cargo?

Estou há pouco mais de um mês e meio no cargo e assumi após a renúncia de Geraldo Alckmin que saiu para disputar a Presidência da República. Sou advogado, já fui vereador (1989-1996), prefeito (1997-2004), sendo que no segundo mandato fui reeleito com mais de 93% dos votos válidos, recorde não superado. Depois fui deputado federal (2007-2014), secretário de Estado e vice-governador e agora governador desse grande estado que é São Paulo. Venho de uma família de médicos e chega a ser no mínimo curioso que eu tenha escolhido a política como carreira.

Então, foi contra a vontade da família?

Meu pai queria que seguisse seus passos na medicina, e chegou a ser contra que eu entrasse na política. Mas mesmo tendo uma certa estabilidade, eu queria fazer algo pelas pessoas que não tinham as mesmas oportunidades que eu. E assim surgiu a minha escolha. Sou casado há 36 anos com a professora Lúcia França, e que hoje é presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado. Temos dois filhos: a pedagoga Helena França e o advogado e deputado estadual Caio França. E sou avô de Enzo e Laura, minhas duas paixões.

No lugar da Medicina, escolheu o Direito. E começou a fazer política ainda nos tempos de faculdade?

Comecei a carreira na política como líder estudantil na Faculdade de Direito de Santos. Sou filiado ao

“ Criei a Secretaria de Turismo do Estado, que não existia, e implantei programas turísticos de acesso à população ”

PSB há 30 anos, e este sempre foi meu único partido. Fui presidente do PSB no Estado de São Paulo e atualmente sou secretário Nacional. Atuei como Servidor do Poder Judiciário e na advocacia.

Se eleger prefeito foi um desafio, principalmente porque as demandas eram muitas e com um detalhe: São Vicente enfrentava altos índices de criminalidade.

Exatamente. Em 1997, quando fui eleito a primeira vez, já comecei abrindo mais de 80 creches, levei asfalto e drenagem para bairros sem acesso, promovi a inclusão digital e um programa de alistamento civil, que acolheu jovens entre 18 e 24 anos em situação de vulnerabilidade, dando-lhes remuneração, treinamento, disciplina e dignidade. Com essa iniciativa, tiramos São Vicente da posição de terceira cidade mais violenta do Estado. Incentivei o turismo, a geração de empregos, ampliação do transporte público e a rede de ensino.

E com o sucessor eleito, o senhor disputou a Câmara dos Deputados?

Exatamente. Fui eleito e reeleito deputado federal (2007 a 2014). Coordenei duas campanhas para Presidência da República, sendo que, na última, sofri a perda do meu grande amigo, o governador de Pernambuco, Eduar-

do Campos, naquele trágico acidente aéreo em Santos, que todos acompanharam. Mas como ele costumava dizer: “Nenhum sonho morre, porque sempre deixa uma semente plantada”. E ali, o seu legado não morreu, o sonho foi apenas semeado.

E como foi o convite para ser o vice-governador de Alckmin?

Depois disso fui convidado pelo governador Geraldo Alckmin a criar e assumir a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, que até então não existia, e foi ali que implantei programas turísticos de acesso à população. E mais tarde fui convidado pelo então governador para ser o vice na sua chapa de reeleição. Foi uma honra e sou grato e leal a ele por isso. Afinal de contas ele me chamou sabendo que um dia renunciaria para ser candidato à Presidência, e que eu ocuparia o cargo. Fomos eleitos no primeiro turno, com 12,2 milhões de votos.

Mas o senhor, junto com o cargo de vice-governador, também assumiu uma secretaria de Estado?

Sim. O governador Alckmin me designou para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, que é responsável pelas universidades USP, Unicamp, Unesp, Famema, Famerp, Centro Paula Souza, Univesp e o maior centro

de fomento à pesquisa do País, a Fapesp, que, juntas, possuem mais de 450 mil alunos.

O senhor costuma dizer que as universidades paulistas compõem o maior sistema público de ensino superior do mundo. Por que?

Veja, aqui no estado de São Paulo os jovens que realmente quisessem, podem obter ensino superior gratuito de forma presencial ou não. Além das universidades tradicionais que eu já mencionei, temos também a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Temos ampliado a iniciativa criando polos em 243 cidades do Estado de São Paulo. São cursos com aulas gravadas pelos professores da USP, Unicamp, Unesp e Paula Souza, com a mesma qualidade, só que realizados em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que é uma plataforma on-line. Os polos são espaços físicos onde os alunos contam com infraestrutura (computadores, impressoras e acesso à internet) e realizam atividades como provas e discussões em grupo.

Governador, voltando um pouco: sobre esse programa de alistamento civil que o senhor realizou para combater a criminalidade em São Vicente, como pretende trazê-lo para a amplitude do Estado?

Em São Vicente o projeto chamava-se “Jovens em Exercício do Programa de Orientação Municipal” (Jepom), e era destinado a jovens de 18 a 24 anos, que é uma faixa etária bem mais suscetível à criminalidade. Com o alistamento, esses jovens eram capacitados por

meio de cursos técnicos de informática, segurança do trabalho, enfermagem, meio ambiente, logística, entre outros. Após o término do curso, muitos deles iam para as ruas para orientar munícipes, e recebiam bolsa-auxílio para isso. Ou seja, não tinham tempo para se entregar à criminalidade, e foi assim que socializamos esses jovens e conseguimos índices positivos.

Ainda falando sobre aspectos de segurança, recentemente o senhor foi questionado sobre a homenagem que fez para a Cabo Kátia, devido a ocorrência no município de Suzano, em frente a uma escola. Isso repercutiu muito, e ainda gera polêmica...

A polêmica toda é porque me posicionei como alguém que tem um lado, e eu estou do lado dos policiais que atuam com precisão e destreza, como foi com a Cabo Kátia, assim como estou do lado das pessoas de bem. Todos os nossos policiais são treinados, capacitados e estão preparados para lidar com situações como essa, e fico feliz que essa foi uma ação que teve um resultado positivo para as pessoas inocentes.

As imagens do assalto mostram que ela tinha treinamento e agiu dentro das normas da segurança pública.

É claro que eu não quero que todo mundo saia atirando e matando à toa, mas veja, o rapaz chegou para assaltar com uma arma, em frente a uma escola em que estavam mães e crianças. A Cabo Katia as defendeu e honrou a farda que veste. Honrou o compromisso

que é baseado em Lei com o Estado, de atuar em uma situação de perigo mesmo à paisana. Por isso digo e reafirmo, quem ofender a farda de um policial, sua integridade pessoal, está, também, ofendendo o Estado.

Sobre seu mais recente anúncio, o Macroanel. Como vai funcionar e qual a previsão de início das obras?

O sistema rodoviário Macroanel circundará o Rodoanel, interligando rodovias já existentes e contemplando trechos de estradas ainda não duplicados: como a própria Mogi-Bertioga; a Rio-Santos, entre Bertioga e Guarujá; e trecho da Padre Manoel da Nóbrega, entre Peruíbe e a BR-116. Isso vai facilitar a vida dos usuários e fomentar o desenvolvimento regional, permitindo acesso mais rápido ao Porto de Santos e a destinos turísticos. As obras também incluem a duplicação destes trechos não duplicados e a elaboração do projeto de viadutos e das passarelas. Logo devo publicar o decreto criando um grupo técnico que vai elaborar o projeto executivo e tocar a obra.

Como governador, o senhor tem muita proximidade com os municípios. Afinal, já conhece as dificuldades.

Sim. Fui prefeito e vivi de perto o drama de quem tem o desafio de administrar uma cidade, porque senti na pele o que é fazer muito com quase nada. Por essa razão procuro ouvir prefeitos até pela familiaridade com o trabalho. Sou municipalista de alma e admiro muito o que é feito pela APM, principalmente pelo incessante trabalho junto aos municípios do nosso Estado.



Os sinais de retomada da economia têm melhorado as perspectivas para os municípios e isto foi possível de perceber durante os debates no 62º Congresso Estadual da APM, realizado em Santos. Conversas com prefeitos e gestores públicos revelam que o otimismo está voltando. Não na proporção que gostaríamos e nem com verbas suficientes para enfrentar as demandas, mas pelo menos já como uma luz nesse túnel complicado dos últimos anos. Lamentavelmente, o que se nota é que o cobertor é curto: se puxar para um lado, descobre o outro. Mas é elogiável o esforço que as cidades estão fazendo no sentido de economizarem e enxugarem ao máximo os gastos.

Sagres

Centro de Convivência

A cidade de Sagres inaugurou o Centro de Convivência do Idoso, que também oferecerá aulas de artesanato e rodas de viola para as pessoas da melhor idade. Para muitas autoridades da região mais uma novidade: a liberação pelo governo do Estado de uma verba totalizando R\$ 47,6 mil para o setor social da cidade.

Santa Adélia

Abastecimento de água

O prefeito Guilherme Colombo da Silva esteve em Brasília para protocolar junto a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) recursos para melhorias na rede de abastecimento de água do município. O objetivo é perfurar mais poços e melhorar a rede de distribuição de água. O projeto tem valor de R\$ 1 milhão e esse recurso será utilizado para reformas das redes e perfurações de novos poços levando em consideração o crescimento populacional e a expansão do município. “A cidade cresce cada dia mais, e temos que pensar nas soluções para oferecer serviços de qualidade a estes munícipes”, comentou o prefeito.

José Bonifácio

Faça bonito

A cidade de José Bonifácio realizou a capacitação e abertura da campanha de combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, com a participação de profissionais da educação, saúde e da área social. Trata-se de um projeto nacional, e o dia 18 de maio marca anualmente o combate na luta contra o abuso sexual de crianças e adolescentes. Alunos fizeram a apresentação da peça “Somos todos Araceli, somos todos crianças e adolescentes”, que aborda bem o tema do abuso.

Paraíso

Guia de arborização

Um guia de arborização urbana foi lançado pela Prefeitura de Paraíso, para orientar os moradores da forma correta de plantio e cuidados com as plantas. Um arquivo digital está liberado no site da Prefeitura da cidade mostrando o passo-a-passo de como agir corretamente. Merece elogios a atitude, porque orientar é ainda a melhor maneira de conseguir bons resultados. E a arborização urbana merece cuidados especiais.

Viradouro

Melhoria da frota

Chegaram mais veículos para o atendimento de diversos serviços da Prefeitura de Viradouro. Para a Secretaria Municipal de Saúde são quatro, dos quais um será destinado à Atenção Básica / Estratégia de Saúde da Família; outro será destinado à Divisão de Vigilância Sanitária. Um veículo novo será utilizado para transportar os pacientes de Viradouro para os municípios e um outro servirá como ambulância, equipada com cardioversor, permitindo que o paciente receba os primeiros socorros em caso de parada cardíaca. Além disso, um caminhão será adequado para atender o programa de coleta seletiva de lixo sólidos.

Matão

Mudanças na equipe

O prefeito Edinaldo Esquetini fez mudanças pontuais em secretarias e departamentos da administração, na Educação e Cultura, e na Fazenda. O anúncio aconteceu em uma coletiva de imprensa na sala de reuniões da Prefeitura de Matão. Estiveram presentes, o vice-prefeito Moacir Matturro, vereadores, diretores, secretários e servidores municipais, imprensa local e outras autoridades.

Caraguatatuba

Um novo CRAS

A Prefeitura de Caraguatatuba inicia no segundo semestre as obras do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Perequê-Mirim, na Região Sul da cidade. A unidade atenderá as pessoas cadastradas e assistidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. O local tem 1,2 mil m² de área construída.



Peruíbe

Fogos sem estampido

Uma bonita atitude está sendo aplicada em Peruíbe: em observância a Legislação Municipal, Lei N°3.460/2017, a Prefeitura Municipal estará utilizando fogos de artifício com restrição de estampido, ou seja, os fogos sem barulho, que não criam problemas para bebês, pessoas com autismo, pessoas doentes e idosos. Além, é claro, dos animais, também vítimas do barulho. Várias cidades estão adotando este padrão mais moderno de comemoração, respeitando quem sofre com isso.

Piracaia

Escola profissionalizante

O Fundo Social de Piracaia, em parceria com a Prefeitura e com o Fundo Social de Solidariedade do Estado inaugurou a Escola de Construção Civil na Assistência Social, que vai oferecer qualificação profissional de forma gratuita para 40 alunos durante o ano, para atuarem no ramo da construção, nas áreas de assentador de pisos e azulejos. Neste primeiro semestre serão formados 20 alunos, que estavam presentes no evento de inauguração.

Laranjal Paulista

Coleta seletiva

A Prefeitura de Laranjal Paulista comunica que, a partir do dia 14 de maio, a coleta seletiva sofrerá alterações em seu cronograma. A coleta do lixo orgânico seguirá com programação já estabelecida anteriormente. Ressalta-se que restos de materiais de construção, móveis, restos de jardinagem e poda e afins devem ser descartados no EcoPonto.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br

Analândia

Recadastramento geral

Um completo recadastramento de todas as empresas e profissionais autônomos foi realizado em Analândia, para regularizar os dados dos estabelecimentos do município ou que prestam serviços na cidade. Isso atende ao que define o decreto nº 2144 de 05 de janeiro de 2018. Se alguma empresa tiver dúvidas, deve entrar em contato pelo e-mail: tributo.fiscal@analandia.sp.gov.br ou tributos@analandia.sp.gov.br

Ibiúna

Obra importante

A Secretaria de Obras está realizando uma importante obra no Bairro Capim Azedo. Trata-se da drenagem de águas subterrâneas que causam danos à pavimentação e a recomposição do asfalto (1.170 m²), tubulação de águas pluviais que viabilizam o escoamento da água da chuva, caixas de inspeção, guias e sarjetas extrudadas, sarjetões, substrato para pavimentação, imprimação ligante e execução de concreto betuminoso usinado.

Sta. Maria da Serra


Mais Saúde e Educação

Os dados contábeis do fechamento de contas do exercício de 2017 indicam que a administração do prefeito Narciso Bistafa investiu 34,85% na área de Saúde, enquanto o percentual mínimo previsto pela Constituição é de 15%, ou seja, mais do que o dobro exigido. Na Educação, superou também a meta e o investimento foi de 25,85%. Também neste primeiro trimestre de 2018, a gestão do prefeito aplicou 31,44% na saúde e 26,60% na educação.

Capão Bonito

Mais casas populares

Além das 266 moradias do Conjunto Habitacional da Vila Maria, a Prefeitura de Capão Bonito está investindo na construção de mais 42 casas através do Programa Minha Casa Minha Vida. O Programa Minha Casa, Minha Vida Sub-50 (PAC2) foi viabilizado através da parceria do governo federal com a prefeitura, que desapropriou área ao lado da nova creche do bairro onde as casas estão sendo construídas.



62° Congresso de Municípios



CONG



A seis meses das eleições presidenciais e que renovarão os governos estaduais e uma parcela do Senado, além da Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, o 62º Congresso Estadual de Municípios, da Associação Paulista de Municípios, se transformou no principal fórum de debates do Estado, na cidade de Santos. Candidatos ao Palácio do Planalto, ao Palácio dos Bandeirantes e líderes partidários mostraram suas propostas a centenas de prefeitos, vereadores e gestores municipais. Mas, embora o tempo todo se respirasse política, o Congresso da APM dedicou uma grande parcela dos trabalhos à discussão de problemas enfrentados pelas cidades. “País Moderno; Cidades Inteligentes” foi o slogan deste ano e atingiu seu objetivo.

Reportagens
Lilian de Souza
Flávio Lamas

Fotos
Reinaldo Vaz
Bia Belo
Ítalo Cardoso

Programação Geral do 62º Congresso de Municípios

DIA 02 - SEGUNDA-FEIRA

17h00 – Início do Credenciamento e entrega de material

19h00 – Sessão Solene de Abertura: Presidente da República Michel Temer; Presidente da Associação Paulista de Municípios Carlos Cruz, com as presenças do Prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa; do Presidente da Câmara de Santos Adilson dos Santos Júnior, da Senadora Marta Suplicy; do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo Cauê Macris; do Decano do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier; do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo Conselheiro Renato Martins Costa; do Deputado Federal Fausto Pinato; do Deputado Federal Herculano Passos; do Deputado Federal João Paulo Papa; do Deputado Estadual Itamar Borges; da Deputada Estadual Rita Passos; do Deputado Estadual Delegado Olim; do Presidente da FIESP Paulo Skaf e Demais Autoridades.

DIA 03 - TERÇA-FEIRA

9h00 – “PLENÁRIA”

Coordenadores: Flávio Callegari, Membro do Conselho Deliberativo da APM e Dr. Tony Chalita, Consultor Jurídico do Escritório Braga Nascimento e Zílio.

10h00 às 11h00 – Painel: “Políticas Municipais para Pessoas com Deficiência”. Coordenador da Mesa: Dr. Cid Torquato, Secretário Municipal de São Paulo da Pessoa com Deficiência. Palestrantes: Dra. Linamara Rizzo Battistella, Secretária Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Célia Leão, Deputada Estadual, Marco Pellegrini, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Beto Pereira, Vice-Presidente da ONCB – Organização Nacional de Cegos do Brasil

11h00 às 12h00 – Painel: “Partido Democrático Trabalhista – PDT”

Palestrante: Ciro Gomes

12h00 às 13h00 - ALMOÇO

13h00 às 15h00 - PINGA-FOGO

Coordenadores: Agnaldo Moreno, Ex-Vereador de Santana de Parnaíba e Hugo Ricardo Soares, Ex-Vereador Piquete.

15h00 às 16h00 – Painel: “FINANÇAS”. Coordenador: Francisco Sérgio Nalini, Secretário-Executivo do Fórum SEFIN-SP. Palestrante: Francisco Sérgio Nalini, Ex-Secretário de Finanças de Ribeirão Preto - Ex-Delegado da Receita Federal

Tema: “A Importância do Código Tributário Municipal”. Palestrante: Thiago Grego, Ex-Secretário de Planejamento e Gestão de Belo Horizonte

Tema: “PP e Concessões de Software Público”

Palestrante: Arthur Mattos, Auditor Fiscal da Prefeitura de Salvador

Tema: “ISS, Cartões de Crédito e Outros”

16h00 às 16h20 – Painel DETRAN-SP: “Projetos do DETRAN-SP Voltados à Política de Segurança Viária: Oportunidades para a Celebração de Convênios e novas iniciativas em parceria com os municípios do Estado de São Paulo”. Palestrante: Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente do DETRAN-SP.

16h20 às 17h00 – Painel: “SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – Institutos de Pesquisas Tecnológicas - IPT”

Palestrante: Profª Drª Zehbour Panossian, Diretora de Inovação e Negócios

Tema: “PLATAFORMA DOS MUNICÍPIOS – Inovação e Suporte para a Gestão Municipal”

17h00 às 18h00 – Painel: “JUSTIÇA”. Palestrantes: Dr. Tony Chalita, Consultor Jurídico do Escritório Braga Nascimento e Zílio.

Tema: “Improbidade Administrativa”

Dr. Márcio Fernando Elias Rosa, Secretário Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania

Tema: “Corrupção: Debate Histórico e Político”

18h00 – MOMENTO CULTURAL

DIA 04 - QUARTA-FEIRA

9h00 – PLENÁRIA

Coordenadores: Flávio Callegari, Membro do Conselho Deliberativo da APM e Dr. Tony, Consultor Jurídico do Escritório Braga Nascimento e Zílio.

10h00 às 11h00 – Painel: “VEREADORES”

Coordenador: Sebastião Misiara, Presidente da UVESP. Palestrante: Prof. Alberto Carlos Almeida, Cientista Político

Tema: “Como Obter Recursos em Brasília em um Ano de Contenção de Despesas”. Dr. Anderson Pomini, Secretário Municipal de Justiça da Prefeitura de São Paulo

Tema: “Os Desafios Jurídicos da Administração Pública”

11h00 às 12h00 – Painel: “PODEMOS”

Coordenador: Rogério Lins, Prefeito de Osasco. Palestrante: Álvaro Dias, Mário Covas Neto, Vereador da Câmara de São Paulo, Sinval Malheiros, Deputado Federal e Pedro Kaká, Deputado Estadual

12h00 às 13h00 – ALMOÇO

13h às 15h – PINGA-FOGO

Coordenadores: Agnaldo Moreno, Ex-Vereador da Câmara de Santana de Parnaíba, Hugo Ricardo Soares, Ex-Vereador da Câmara Municipal de Piquete e Clodomiro Correia Junior, Prefeito de Sto Antonio do Pinhal.

15h00 às 15h45 – Painel: “EDUCAÇÃO” - Coordenadora da Mesa: Marilene Mariottoni, 4ª Vice-Presidente da APM, Ida Franzoso de Souza, Superintendente do CIVAP e Ex-Prefeita de Pedrinhas Paulista, Dr. José Mário Brasiliense Carneiro, Diretor-Presidente da Oficina Municipal

15h45 às 16h15 – Painel: “SABESP”

Coordenador da Mesa: José Bernardo Ortiz Monteiro Jr, Prefeito de Taubaté. Tema: “Municípios em Excelência nos Serviços de Saneamento”. Palestrante: Jerson Kelman, Pres. da SABESP, Paulo Alexandre Barbosa, Prefeito de Santos

17h15 às 17h30 – Painel: “IMPrensa OFICIAL”

Tema: “Assina.SP – Portal de Assinatura”

Palestrante: João Paulo Foini, Gerente de Produtos de Tecnologias

17h30 às 17h45 — Painel: “OUVIDORIA GERAL DO ESTADO”

Palestrante: Dr. Gustavo Ungaro, Ouvidor Geral do Estado

Tema: “Ouvidoria e Transparência nos Municípios”

17h45 — Painel: “APRECESP E AMITESP”

Coordenadores da Mesa: Marco Aurélio G. dos Santos, Presidente da APRECESP, Presidente do CODIVAR e Prefeito de Itanhaém e Daniela de Cássia Santos Brito, Presidente da AMITESP e Prefeita de Monteiro Lobato. Palestrantes: Fabrício Cobra Arbex, Secretário Estadual do Turismo; Fernando Bonisio, Chefe do Depto de Turismo de S. Bernardo do Campos; Romildo Campello, Secretário-Adjunto da Cultura; João Caraméz, Dep. Estadual.

DIA 05 - QUINTA-FEIRA

9h00 — PLENÁRIA

Coordenadores: Flávio Callegari, Membro do Conselho Deliberativo da APM e Dr. Tony Chalita, Consultor Jurídico do Escritório Braga Nascimento e Zílio.

10h00 às 10h15 — “Fundação da APEEM — Associação Paulista das Empresas de Economia Mista”. Carlos Cruz, Presidente da APM, Paulo Alexandre Barbosa, Prefeito de Santos, Flávio Santana, Presidente da APEEM

10h15 às 10h30 — Painel: “Banco Bradesco”

10h30 — Painel: “Correios”

11h00 às 12h00 — Painel: “Movimento Democrático Brasileiro - MDB”

Coordenador da Mesa: Itamar Borges, Dep. Estadual. Palestrante: Paulo Skaf, Presidente da FIESP; Senadora Marta Suplicy

12h00 às 13h00- ALMOÇO

13h às 15h- PINGA FOGO

Coordenadores: Agnaldo Moreno, Ex-Vereador da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba e Hugo Ricardo Soares, Ex-Vereador da Câmara de Piquete e Clodomiro Correia Junior, Prefeito de Santo Antonio do Pinhal.

15h00 às 16h00- PAINEL: “Segurança”. Coordenador da Mesa: Fausto Pinato, Deputado Federal. Palestrantes: Raul Julgman, Ministro da Segurança, Máximo Alves Barbosa Filho, Secretário Estadual da Segurança Pública, Delegado Olim, Deputado Estadual, Coronel Telhada, Deputado Estadual, Luiz Augusto Baggio, Secretário Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública da Prefeitura de Campinas

16h00 às 16h15 — PAINEL “ARSESP”. Palestrante: Dr. Helio Luiz Castro, Diretor Presidente e Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico. Tema: “Projeto Arsesp para a revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico”

16h15 às 16h30- PAINEL: “CPOS”. Palestrantes: Alexandre Perroni, Diretor de Serviços e Marcos Mesquita Alves, superintendente de Desenvolvimento Urbano e Rural. Tema: “Cidades Inteligentes e a Gestão de Territórios”

16h30 às 17h30 - PAINEL: “MEIO AMBIENTE”. Presidente da Mesa: Antonio César Simão, Ex-Prefeito de Itapuí. Coordenador da Mesa: Nelson Bugalho, Prefeito de Presidente Prudente. Palestrante: Maurício Brusadin, Secretário de Estado do Meio Ambiente

Tema: “Lei de Resíduos Sólidos e Logística Reversa”

Dr. Luis Felipe Tegen Cerqueira Leite, Coordenador do Centro de Apoio

Operacional das Promotorias de Justiça de Urbanismo e Ambiente, Carlos Eduardo Lima Jorge, Diretor Executivo da APEOP

17h30 — PAINEL: “Tribunal de Contas do Estado de São Paulo”

Coordenador da Mesa: Walter Caveanha, Prefeito de Mogi Guaçu. Palestrante: Dr. Sérgio Ciquera Rossi, Secretário-Diretor Geral do TCE/SP

“Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a APM e o IBEGESP para Qualificação de Municípios”.

DIA 06 - SEXTA-FEIRA

9h00 — “PLENÁRIA”

Coordenadores: Flávio Callegari, Membro do Conselho Deliberativo da APM e Dr. Tony Chalita, Consultor Jurídico do Escritório Braga Nascimento e Zílio.

10h00 às 11h00 - PAINEL: “INTERNET PARA TODOS — CIDADES INTELIGENTES”. Coordenador: Flávio Daniel Alves, Prefeito de Potirendaba. Palestrante: Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Guilherme Campos, ex-Presidente dos Correios, João Paulo Papa, Deputado Federal, Rômulo Luís de Lima Ripa, Prefeito de Porto Ferreira, Eduardo Queiroz Teles Coelho, Secretário de Tecnologia da Prefeitura de Mogi-Mirim

12h00 às 13h00- ALMOÇO

13h às 15h- PINGA FOGO

Coordenadores: Agnaldo Moreno, Ex-Vereador da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, Hugo Ricardo Soares, Ex-Vereador da Câmara Municipal de Piquete e Clodomiro Correia Junior, Prefeito de Santo Antonio do Pinhal.

15h00 às 16h00 — PAINEL SAÚDE: “JUDICIALIZAÇÃO”. Presidente da Mesa: José Mauro Orlandini, Ex-Prefeito de Bertioga. Coordenador da Mesa: Cármino Antonio de Souza, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de Campinas. Palestrante: Dra. Paula Sue, Assistente Técnico de Coordenação de Saúde-Gabinete do Secretário/CODESSES/SP, Dilador Borges Damasceno, Prefeito de Araçatuba

17h00 às 18h00 — PAINEL CNM: “XXI MARCHA”. Coordenadora da Mesa: Daniela de Cássia Santos Brito, Prefeita de Monteiro Lobato e Representante da Região Sudeste na CNM. Glademir Aroldi, Presidente Eleito da CNM, Herculano Passos, Deputado Federal, Fausto Pinato, Deputado Federal.

DIA 07 - SÁBADO

Sessão Solene de Encerramento

do 62º Congresso Estadual de Municípios

11h00 às 13h00 - Com a primeira participação oficial do novo governador do Estado, Márcio França, em uma solenidade pública, e do governador que deixou o cargo, Geraldo Alckmin, pré-candidato a presidente da República, além de senadores, deputados federais, deputados estaduais, secretários de Estado, prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos e vice-prefeitas, presidentes de Câmaras Municipais, vereadores, gestores públicos e autoridades.

Política e temas municipalistas dominaram os 6 dias do Congresso

Os principais assuntos do municipalismo brasileiro foram discutidos por prefeitos, vereadores e autoridades políticas de todo Brasil, na 62ª edição do Congresso Estadual de Municípios, que aconteceu entre os dias 02 e 07 de abril, em Santos. O tema deste ano foi “País Moderno; Cidades Inteligentes”, com centenas de prefeitos, prefeitas, presidentes de Câmaras Municipais, vereadores, gestores públicos, além de senadores, deputados federais e estaduais.

O evento, realizado pela Associação Paulista de Municípios (APM), contou, pela segunda vez em mais de seis décadas de história, com a participação de um Presidente da República. Detalhe: Michel Temer é o primeiro chefe de Estado e de Governo do período democrático brasileiro a comparecer à cerimônia inaugural.

Além de Temer, participaram da



Presidente Michel Temer na abertura do Congresso da APM: “Sou um municipalista”





abertura os ministros Henrique Meireles, Carlos Marun, Dyogo Oliveira, a Senadora Marta Suplicy, deputados e diversas autoridades.

O presidente Michel Temer disse que se considera um municipalista, declarou ter a convicção doutrinária, política e pessoal da importância dos municípios. Ele fez um retrospecto sobre o surgimento do conceito de cidades, formadas originalmente em torno de igrejas durante o processo de colonização.

Lembrou que somente a partir de 1988 os municípios foram reconhecidos como entes da federação. Temer também destacou ser necessário reafirmar a importância do município dentro do contexto constitucional. “Para o Estado ser forte, e o País ser forte, é preciso que o município seja forte”, afirmou Temer. “E quando as cidades se fortalecerem, todo o Estado brasileiro se fortalecerá, e será muito mais reconhecido, inclusive no plano internacional”, disse.

Diante de Temer, o presidente da APM, Carlos Cruz, lembrou da necessidade da regulamentação do



Presidente da APM, Carlos Cruz, lembrou os 70 anos da entidade e ressaltou que é nos municípios que se encontram as soluções



pacto federativo, uma das principais bandeiras da entidade. “Para que haja estabelecimento claro e constitucional das competências da União, Estados e Municípios e se direcione os recursos necessários para o desenvolvimento dessas políticas de competências próprias”, disse Cruz.

E completou: “Estado é uma ficção jurídica. O cidadão mora nos municípios e é lá que ele busca soluções e reconhece a sociedade.”

No ano em que a APM completa 70 anos, o presidente Carlos Cruz ressaltou a importância histórica da Associação que, desde sua fundação, em 1948, tem atuado na defesa dos interesses dos Municípios diante dos Poderes Executivo e Legislativo, da União e do Estado, na busca pela emancipação política e financeira.

“Nós temos um compromisso com os companheiros que nos antecederam e construíram essa nossa história de tantas conquistas”, afirmou Cruz. “Eles tiveram a responsabilidade de manter em pé a associação em favor dos municípios paulistas”, disse.



Candidatos apresentam suas propostas aos congressistas



Realizado há mais de seis décadas, o Congresso de Municípios tem, historicamente, retratado os assuntos mais relevantes da sociedade brasileira. Temas como a renúncia de Jânio Quadros, a implantação do parlamentarismo e o Ato Institucional nº 5 (AI5), foram alguns dos alvos das discussões de edições anteriores e indicavam os contextos sociais do Brasil de cada ano.

Em 2018, quando o País será submetido a um novo processo eleitoral depois de um turbulento período político, os pré-candidatos à presidência da República tiveram a oportunidade de apresentarem suas idéias aos prefeitos e vereadores, em um palanque suprapartidário, durante toda a semana do congresso.

Três deles aceitaram o convite compareceram ao evento para apresentar suas propostas: Ciro Gomes (PDT), Álvaro Dias (Podemos) e

Geraldo Alckmin (PSDB), que esteve no encerramento do congresso logo no primeiro dia após sua saída do Palácio dos Bandeirantes, ao lado do novo governador de SP, Márcio França (PSB).

Para o presidente da APM, Carlos Cruz, os municípios são fundamentais no contexto das eleições que devem ocorrer em Outubro deste ano, por isso a importância da participação dos candidatos no evento para apresentar suas propostas e o que pretendem fazer pelo rumo que o Brasil deverá seguir se forem eleitos.

De acordo com ele todos os candidatos foram convidados e tiveram a oportunidade de expor suas propostas, independente de suas ideologias e matizes políticas, para que pudesse prevalecer a democracia e o debate de idéias. “Precisamos ouvir o que eles têm a dizer, o que têm a propor, para orientarmos nos

soseleitores”, ressaltou Cruz.

Segundo ele, “os grandes condutores e líderes deste processo são os prefeitos, vice-prefeitos e governadores”, afirmou. “E temos que levar isso em conta, já que estamos perto de uma verdadeira catarse da sociedade brasileira, que é a escolha do próximo Presidente da República”, disse.

“Em breve vamos mergulhar neste processo em busca de uma sociedade mais justa, igualitária e humana e precisamos estar preparados”, afirmou Carlos Cruz.

Eleitores do Estado

Em todo o Estado de SP mais de 33 milhões de eleitores estão aptos a votarem nas próximas eleições segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE SP). No total são 33.200.706, sendo 9.008.918 da Capital e 24.191.788 do interior.



Ciro Gomes (PDT)

“O Brasil está praticamente parado”

Durante sua apresentação, o ex-governador do Ceará e ex-ministro **Ciro Gomes**, realizou o que chama de “diagnóstico da trágica situação brasileira” com base em duas questões: o que aconteceu para que o País chegasse a este ponto? E o que é possível fazer para tirar o País desta condição?

Para **Ciro Gomes**, pré-candidato a presidente da República pelo PDT, o problema brasileiro é estrutural e é preciso encontrar soluções mais amplas. “Desde os anos 80 o país cresce quase dois por cento ao ano, ou seja, estamos praticados parados”, afirmou. “E isso explica os números: temos 34 milhões de pessoas na informalidade, mais de 13 milhões de pessoas desempregadas, e o desdobramento quase inevitável disso é que



o País apresentou nos últimos doze meses 64.700 homicídios. E esses são indicadores de que o Brasil precisa mudar profundamente.”

Ciro diz que em um projeto de governo tem que haver três medidas iniciais, superar o endividamento explosivo das famílias e da empresas, “o maior da história”, resolver a equação fiscal das contas públicas “que estão na pior situação” e por fim, a alta nos preços das importações “quando os preços sobem, a gente paga a conta, quando não sobem, a gente entra em crise”.

“Essas bombas precisam ser desarmadas para que a agenda popular de saúde, educação, segurança e combate à corrupção, que são as grandes emergências, possa ser atendida com seriedade.”

Álvaro Dias (Podemos)

“Eleitores querem romper sistema atual”

Com uma longa trajetória política, que teve início em 1969, quando foi vereador em Londrina (PR), o atual senador e pré-candidato Álvaro Dias, pelo Podemos, diz que houve um equívoco no início deste processo que antecede às eleições. Para ele, ao contrário do que muitos imaginavam, a população não está à procura de um “outsider”, mas sim de um candidato que rompa com o atual sistema político.

“As pessoas querem experiência administrativa, passado limpo. Alguém que rompa que promova a refundação da República e é nesse contexto que eu me apresento”, declarou.

“O que fizeram com este país?”, questionou em seguida. De acordo com o presidenciável do Podemos, o Brasil tem uma desigualdade social muito forte, pessoas sem acesso a água tratada, a coleta de lixo e tratamento de esgoto. Ele enfatizou que esta situação é uma afronta.

“Eu quero ressuscitar as esperanças que foram sepultadas”, disse Álvaro Dias. “Construir uma nova

nação. Extremos não resolvem o problema”.

O senador também criticou o sistema tributário brasileiro, que segundo ele, privilegia o poder central. Para ele, a concentração da arrecadação através de artifícios legais, como taxas, que não prevêem divisão com outros entes da federação, lesa o orçamento das cidades. “Com a constituinte de 88 encargos foram repassados sem que se repasse a contrapartida de recursos”, disse.

“O governo federal fica com quase tudo e os municípios ficam só com as migalhas”, completou. Segundo Dias, a Reforma Tributária ao lado da Reforma Federativa é a grande reforma a ser feita, para restabelecer a ‘justiça distributiva’. “O Brasil é um país a espera de reformas e os municípios são essenciais nesse processo”, disse. “As cidades não podem mais suportar os encargos sem que as atribuições que lhes foram conferidas pela União, em uma transferência de responsabilidade, não tenha também a transferência de recursos”, afirmou.



Para o ex-governador do Paraná, sua gestão funcionou porque havia uma perfeita interação entre o Estado e as cidades, onde não eram transferidas apenas as responsabilidades, mas também os benefícios. Para ele, isso precisa ser feito também no plano nacional.

“PAÍS MODERNO; CIDADES INTELIGENTES”





Geraldo Alckmin (PSDB)

“Município é o principal personagem”

“Arte é dom, precisa amar o próximo. Ciência é preparo, tomada de decisões difíceis, aprofundamento de temas, com o objetivo de errar menos”. Essa foi a definição de política do ex-governador de São Paulo, o presidenciável Geraldo Alckmin, do PSDB, que escolheu o Congresso de Municípios da APM como primeira atividade política após deixar o governo paulista. Para ele, que acaba de deixar o comando do Estado de São Paulo para concorrer à Presidência, há muito interesse corporativo no lugar do público na política atual e é preciso voltar a defender o coletivo de forma permanente.

Geraldo Alckmin apresentou propostas de governo, fez um relato sobre sua experiência administrativa e política no governo paulista e concentrou mais profundamente sobre segurança pública. Lembrou que, na maioria dos paí-

ses, a polícia é municipal. “Por isso é importante trazer o principal personagem que é o município para essa tarefa desafiadora, para somar esforços conosco”, disse.

Ele ressaltou que o problema não será resolvido apenas com a

polícia, mas que será preciso atuar nas causas.

Em relação ao que vai priorizar caso seja eleito presidente, foi enfático: a descentralização, educação, desfinanciamento da saúde e segurança pública.





Paulo Skaf (MDB)

“Desafios são muitos. Tudo é prioridade”

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), do Serviço Social da Indústria (Sesi-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-SP), o empresário Paulo Skaf, pré-candidato a governador de São Paulo do MDB, falou sobre o cenário brasileiro e os desafios que encontrará caso alcance o posto do Palácio dos Bandeirantes.

Um dos pontos por ele apontado é a importância da diminuição da taxa de juros no País. “A taxa de juros no Brasil é absurda. Uma pessoa que fez um depósito de R\$ 100 em uma poupança há 10 anos tem, hoje, R\$ 198. Neste mesmo período quem utilizou o cheque especial deve R\$ 4 milhões. “É preciso pressionar, envolver a sociedade contra essas altas taxas”, disse Skaf.

Para ele uma das medidas para mudar este cenário é aumentar a concorrência entre os bancos. “Nos Estados Unidos são mais de 1200 institu-

ições bancárias e no Brasil são poucas. É preciso aumentar a competitividade”, afirmou. E, segundo ele, os mais pobres pagam mais impostos, já que eles estão embutidos nos preços.

Quanto ao Estado de SP, que pretende governar, Paulo Skaf afirma que os problemas se acumularam e, por isso, tudo é prioridade. “Os desafios são muitos e tudo é prioridade.” Para ele, São Paulo precisa de uma gestão que defina as necessidades de cada região. “Na baixada santista, por exemplo, temos o problema da ponte Santos-Guarujá, que há 20 anos é prioridade e até agora não saiu do papel. “É preciso enfrentar e começar a fazer.”

Skaf ressaltou que é no município onde tudo começa e onde as pessoas cobram mais, onde estão mais próximas. “Independente do tamanho, todas as cidades são importantes e merecem respeito.” No que se refere ao cenário nacional, para Skaf, a economia brasileira ainda

está em uma tempestade, mas já melhorou. Ele elogiou algumas das medidas tomadas por Michel Temer à frente da Presidência da República, como a Reforma Trabalhista que, segundo ele, trouxe garantia ao trabalhador, modernização e o Brasil para o século XXI.

“Estamos vivendo a quarta revolução industrial, estamos na era da inteligência artificial, da realidade virtual, muitas profissões e setores vão acabar, mas vão nascer novas profissões e novos setores. Para isso precisamos de leis modernas, estrutura moderna, educação de qualidade, conhecimento”, disse, completando: “As transformações que levaram séculos para acontecer, acontecerão em dez anos. E nós vamos ter que estar preparados. Não adianta resistirmos, esse é um movimento global e o segredo é nos adaptarmos, tirarmos proveito deste grande movimento mundial. O que vai dar oportunidade a milhões de jovens é ter conhecimento e educação de qualidade”, ressaltou.

Márcio França (PSB)

“É preciso eliminar a burocracia”

O novo governador de São Paulo, Márcio França (PSB), que substituiu Geraldo Alckmin, esteve no encerramento do 62º CEM em seu primeiro compromisso à frente do Estado. Ele é pré-candidato a continuar no cargo e, ao falar a centenas de prefeitos, vereadores e gestores públicos, ressaltou a importância de resgatar a auto-estima de quem escolheu a atividade política e a dificuldade que os administradores municipais encontram para captação de recursos e na gestão de convênios.

“É preciso eliminar essas burocracias. Hoje os formatos existentes são formatos que parece foram feitos para não funcionar”, disse França. “Hoje temos mais funcionários em bancos para cuidar dos convênios do que convênios disponíveis. Provavelmente se gasta mais com a máquina”, afirmou.

Para ele, o sistema é tão complicado que quando finalmente os convênios são aprovados, o que deveria ser uma solução, se torna um problema ainda maior para os prefeitos. “Ele vai ter que responder por aquele convênio por anos e anos.”



De acordo com Márcio França, mesmo tendo sido prefeito de São Vicente há 20 anos, volta e meia é convocado a prestar contas pelos convênios que firmou em sua gestão. “Muitas dessas burocracias são inócuas e só servem para fazer com os políticos tenham medo de decidir.”

França ainda ressaltou que a lógica da República está invertida, com uma fiscalização demasiadamente forte e o enfraquecimento das decisões daqueles que são eleitos. “Isso seria lógico se a gente tivesse a maioria das pessoas desonestas. Mas

nós não temos, a maioria é honesta e tem boa vontade. O prefeito se elege com boa vontade, mas fica com medo de decidir. Isso não é correto, já que a maioria é idônea”, afirmou. “Tenho muito orgulho da minha carreira, nada que eu tenha feito me desabonou.”

Para ele é preciso fortalecer os que têm vocação e vontade política e usar com bom senso os mecanismos de controle. “A Constituição diz que todo poder emana do voto e é em nome dele que é exercido”, disse Márcio França.

Ainda sobre este cenário de acumulação política, o atual governador e pré-candidato do PSB falou sobre a relação dos candidatos com as pessoas durante o processo eleitoral. “É preciso ter coragem e petulância de pedir voto, de ir pra rua e falar sobre eleição”, disse ele.

“Eu não mudo de lado e o meu lado é o das pessoas mais simples, que mais precisam. Não tem um político que eu conheça, decente, que seja bilionário. Porque ninguém aqui ganha pra ser bilionário. A gente faz por dedicação, por vocação”, ressaltou Márcio França.



Ao reunir prefeitos, prefeitas, presidentes de Câmaras, vereadores, gestores públicos e autoridades políticas do País, o 62º Congresso Estadual de Municípios incentivou amplos debates sobre a segunda parte do evento, o tema “Cidades Inteligentes”. Diferentes painéis com assuntos ligados à Saúde, Segurança, Educação e Finanças Públicas contaram com especialistas para falar sobre alguns dos principais desafios para aqueles que administram as cidades e auxiliar na reflexão em busca de caminhos e soluções para construção de novas políticas públicas.



Internet para todos: Adesão de 70% dos municípios brasileiros

“A internet é o insumo básico para a implantação da cidade inteligente. É ela quem traz a conectividade necessária para os municípios.” A frase do Presidente da APM, Carlos Cruz, durante a abertura do painel Internet para Todos – Cidades Inteligentes, com o Ministro Gilberto Kassab, realizado no penúltimo dia do Congresso, resume a importância do programa ‘Internet para Todos’, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Pouco mais de três meses após seu lançamento, o projeto já conta a adesão de 70% dos municípios brasileiros. Isso significa que

3.865 cidades buscaram acesso ao programa que pretende levar internet com alta velocidade e valores reduzidos para localidades hoje sem conectividade. Segundo Kassab, essa é a maior ação de inclusão social e digital do governo federal. “Embora muitos de vocês já conheçam o programa, minha participação neste evento é importante para dizer que o projeto não é mais um sonho, e sim uma realidade”, afirmou.

Segundo ele, um levantamento do IBGE mostrou que 53 milhões de brasileiros ou não têm internet em suas casas; ou não têm na escola de seus filhos; ou não tem na



Ministro Gilberto Kassab



Glademir Aroldi, presidente da CNM

unidade de saúde em que é atendido. A intenção do ministério é que a partir de junho deste ano o programa passe a atuar em larga escala e 200 antenas sejam instaladas por dia. Cada uma dessas antenas deverá beneficiar cerca de mil famílias que antes não tinham acesso à internet. “Não é só um programa de inclusão digital, mas principalmente de inclusão social”, diz Kassab.

De acordo com informações do MCTIC, as prefeituras não terão qualquer custo com os equipamentos, exceto a do consumo de energia elétrica e a segurança dos equipamentos. “Cada antena beneficia cerca de 1000 famílias que hoje não tem conectividade”, disse Kassab.

“A importância do ‘Internet para Todos’ vai muito além do que a gente possa imaginar. Vai melhorar a qualidade da vida das pessoas,

porque vai colocá-los neste mundo da tecnologia e da comunicação”, disse Glademir Aroldi, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Adesão

O termo de adesão assinado pelos municípios define a infraestrutura básica e as condições para a participação no Internet para Todos. As prefeituras indicam as localidades passíveis de atendimento, que receberão as antenas para a distribuição do sinal de internet. O programa não oferecerá conexão gratuita para os moradores dessas localidades, mas a preços reduzidos.

A conexão de internet do programa será feita por meio do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), de propriedade do governo brasileiro e que recebeu R\$ 3 bilhões em investimentos. Em órbita desde maio de 2017, o satélite tem vida útil de 18 anos, sendo que três destes foram graças às pesquisas e desenvolvimento dos cientistas brasileiros que permitiram estender o prazo de operação do SGDC.



Técnicos mostram que judicialização fere a isonomia no sistema de saúde

A judicialização da saúde, caracterizada pelas determinações da Justiça para União, Estados ou Municípios pagarem por tratamentos especiais de pacientes, comprometendo o organograma orçamentário, foi um dos temas mais aguardados. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a despesa da pasta com a chamada “judicialização” é de aproximadamente R\$ 1 bilhão ao ano, enquanto no programa regular de distribuição de remédios de alto custo o órgão gasta aproximadamente metade disso para atender a cerca de 700 mil pacientes.

Para o órgão, as demandas judiciais distorcem o conceito do SUS (Sistema Único de Saúde), uma vez que privilegia o individual em detrimento do coletivo e parte da premissa equivocada de que o poder público deve fornecer “tudo para todos”, o que não acontece em outros países onde a saúde é universal, como no Canadá e na Inglaterra.

O médico Cármino Antônio de Souza, presidente do COSEMS/SP (Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado) e secretário de Saúde de Campinas, explica que prática fere o princípio da equidade. “As pessoas deixam de ser iguais. Aquelas que recorrem à Justiça são pessoas que podem procurar por um advogado, têm orientação e isso quebra a equidade. Eu forneço para um e não forneço para o outro que, eventualmente, até pode precisar mais”. Ele complementa que recorrer aos meios judiciais é um direito de todos, legal, e faz parte do processo democrático para aqueles que acham que seus direitos não estão sendo atendidos. “Mas causa desequilíbrio ao sistema, seja porque traz um viés assistencial ou requer

um empenho econômico não previsto”, disse Cármino.

Uma das maiores especialistas sobre o assunto, a assistente técnica de Coordenação de Saúde do Estado, Paula Sue, apresentou dados que mostram os impasses na relação entre a Justiça e os sistemas municipais públicos de saúde.

De acordo com ela, em 2017, o Estado gastou quase metade do seu orçamento líquido para atender demandas judiciais da área da saúde. E embora a Justiça venha registrando queda no número de ações recebidas que visam obrigar o SUS a custear medicamentos, insumos ou tratamentos específicos, a ‘judicialização’ continua sendo uma das principais problemáticas no que se refere à saúde pública em razão do impacto financeiro que pode causar aos cofres públicos.

Ainda de acordo com dados do Tesouro Estado trazidos pela especialista, em 2015 foram registradas 18.045 novos pedidos, contra 17.707 em 2016 e 14.890 no ano passado. Ao mesmo tempo, o número



Paula Sue, assistente técnica da Coordenação de Saúde do Estado



Cármino Antônio de Souza, presidente do COSEMS/SP

de demandas contínuas continua crescendo: foram 51 mil ações em atendimento no ano passado, frente a 48 mil em 2016. As principais argumentações são o risco de morte e a hipossuficiência, ou falta de recursos dos indivíduos.

Além disso, em muitos casos sequer há justificativa técnica para alguns pedidos e extravagâncias, como a solicitação de produtos que não têm sua eficácia comprovada pela ciência ou são supérfluos, como shampoo para cabelos claros, água de coco, águas termais e chocolates, além de marcas específicas. “As decisões são pouco criteriosas e a maioria concedidas liminarmente, independente da situação clínica”, diz Paula.

Para ela é preciso que haja uma adequada interpretação do ato médico em relação ao sistema de saúde. “Tratando-se de política pública de saúde, não se pode admitir a adoção de experimentos, tampouco o desperdício de recursos sem elevado grau de evidência”, ressaltou.

Segurança pública paulista tem mais homens que o exército da Argentina

Durante sua apresentação no 62º CEM, o secretário estadual de Segurança Pública, Máximo Alves Barbosa, fez um balanço sobre a estrutura das forças policiais do Estado e apresentou as estatísticas de criminalidade.

São Paulo, que tem a maior população do Brasil, conta também com o maior efetivo policial do País e da América Latina. De acordo com o chefe da pasta, no total são 118.305 policiais divididos em 12 comandos regionais da Polícia Militar, 12 diretorias regionais da Polícia Civil e 11 núcleos regionais da Polícia Técnica Científica. “Não há um município em SP, de todos os 645, que não conte com agentes das nossas forças de segurança”, explicou o secretário.

De acordo com ele, desde 2011, foram contratados mais de 32 mil policiais militares, civis e técnico-científicos. “Isso é maior que o contingente do exército da Argentina”, exemplificou. Atualmente, a PM conta com 85.562 homens, a Polícia Civil com 29.139 agentes e os policiais científicos somam 3.604 profissionais em todo o Estado.

Barbosa também destacou iniciativas paulistas como a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, em 1985. Hoje, o Estado conta com 35,8% de todas as DDMs, 133 unidades no total.

Criminalidade

O secretário afirmou que os indicadores de criminalidade têm caído, o que para ele é resultado do empenho do trabalho desenvolvido pelos policiais paulistas e investimento em tecnologia e inteligência. “Na segurança não podemos deixar de investir, mesmo em momentos de crise. Quando se deixa de fazer investimento, quando o Estado se ren-



*Secretário Máximo:
“Não há um município
sem agentes das
forças de segurança”*

de à crise, você assiste a degradação do cenário, o que infelizmente estamos assistindo no Rio de Janeiro”, destacou.

Com destaque para as reduções de homicídios, o secretário detalhou a taxa de casos de homicídios, que chegaram ao patamar de 7,54 ocorrências por 100 mil habitantes no Estado de São Paulo, no ano de 2017. Já nos últimos 12 meses, esse número é de 7,31/100 mil habitantes.

Outros índices apresentados foram: a queda de 11,78% dos roubos em geral; 21,3% nos roubos de veículo; 2,53% dos furtos de veícu-

lo; 11,78% dos roubos de carga; 63,64% dos roubos a banco e 35,29% dos latrocínios.

Durante o evento, Máximo anunciou a abertura de 2.750 vagas para a Polícia Civil. Os concursos para a contratação de 250 delegados, 800 escrivães e 600 investigadores já tiveram seus editais publicados em Abril no Diário Oficial do Estado.

Visão dos Municípios

A discussão sobre a Segurança Pública também envolveu a visão dos municípios, apresentada pelo secretário de Segurança de Campinas, Luiz Augusto Baggio.

Para ele, o papel das cidades neste contexto é fundamental, já que pela proximidade, prefeitos e vereadores são capazes de observar os pontos onde a criminalidade pode surgir como invasões, bares e prédios irregulares, praças mal ocupadas, ‘pancadões’ etc.

“Quando chega a alçada da PM e da Polícia Civil, normalmente essas questões já estão muito avançadas. O ideal é que se tenha uma resposta rápida para essas situações e aí que entra o município”, explicou.



*Baggio:
“É preciso
respostas
rápidas”*



No encerramento, Cruz diz que SP tem exemplo para consertar o País

O Congresso Estadual de Municípios é um dos principais momentos da APM ao longo do ano. Realizado há 60 anos, se caracteriza pela reunião das principais lideranças políticas do Estado e do País e já foi realizado em cidades como Serra Negra, Ubatuba, Campinas, Águas de Lindóia, Praia Grande, São Vicente, entre outras.

Neste ano, a grande festa de encerramento do 62º Congresso Estadual de Municípios, realizada no dia 07 de Abril, recebeu o governador Márcio França e o ex-governador Geraldo Alckmin e diversas autoridades políticas do Estado de SP. Entre elas, o prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), que disse se sentir honrado por receber o “maior evento municipalista do Brasil”.

“Quero parabenizar a APM pela condução democrática deste evento. Além de todas as discussões tão

importantes, todas as matizes ideológicas e representantes de todos os partidos estiveram reunidos. Políticos demonstrando uma atitude plural e é assim que tem que ser”, declarou Barbosa. Para ele discutir os problemas e as dificuldades dos municípios é o caminho para que se possa avançar. “É preciso a descentralização, o fortalecimento das cidades e o pacto federativo. Cada vez mais temos certeza de que o caminho que precisamos seguir é de um País que seja menos Brasília e mais Brasil. E as discussões deste fórum certamente nos ajudarão a seguir nessa direção.”

“Nós debatemos temas relevantes e sensíveis ao gestor público municipal. O Congresso tem dois vieses: política e gestão. E tem o intuito de auxiliar os políticos em seus governos”, disse o presidente da APM, Carlos Cruz.

“Tentamos oferecer aos nossos

congressistas informações para que eles estejam preparados para o período eleitoral, de onde das urnas vai brotar o País que o povo brasileiro vai escolher diante das propostas que lhe serão colocadas”, afirmou.

“Meu discurso é o discurso da esperança que temos no Brasil. Para dizer que SP sabe da responsabilidade que tem, de levar o seu exemplo para consertar esse País”, afirmou Cruz.

Durante a solenidade, o presidente da APM anunciou que a próxima edição do Congresso, em 2019, será na cidade de Campos de Jordão. Mais uma vez, o compromisso é de realizar um palanque onde prevaleça a democracia e trazer à tona os principais temas da municipalidade paulista, como saúde, inclusão, economia, segurança, tecnologia e gestão e políticas públicas.







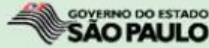
Apoio institucional mostrou opções de vantagens para os municípios

Uma das marcas do 62º Congresso Estadual de Municípios foi o grande número de apoios institucionais de empresas, autarquias e órgãos estaduais, que montaram stands para mostrar aos prefeitos e gestores municipais opções para desenvolvimento de ações e atividades nas cidades. A Desenvolve SP, por exemplo, apresentou às lideranças municipais o seu objetivo: fomentar o desenvolvimento do Estado, financiando bons projetos. Ligada ao Governo paulista, a Desenvolve SP oferece empréstimos com prazos mais longos e taxas mais competitivas, para que empresas e municípios possam se desenvolver com sustentabilidade.

A CDHU também mostrou o que está fazendo nos municípios de São Paulo e quais são as condições para levar mais habitações ao interior. Também como apoio institucional, o Detran instalou um stand onde, entre outras coisas, apresentou como fazer a Carteira Nacional de Habilitação Eletrônica, que dispensará a obrigatoriedade de apresentação do modelo atual, em papel. CPOS, EMTU, Funap, Itesp, Procon-SP, Imprensa Oficial, IPem, Imesc, IPT, Sabesp e Prodesp também prestigiaram o 62º Congresso.



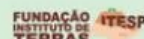
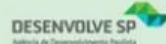
APOIO



PATROCÍNIO



APOIO INSTITUCIONAL



Jornal durante todos os dias do evento

Informação foi destaque no 62º CEM: além de comunicação instantânea dos acontecimentos, por meio dos canais digitais e redes sociais, a APM ainda criou neste evento uma outra fonte de divulgação, o jornal **Diário**, que circulou todos os dias.

Com uma equipe de três jornalistas e fotógrafos, o jornal apresentou a programação do dia e os principais fatos do dia anterior. Tudo o que acontecia até o encerramento das atividades estavam nas páginas do jornal, já às 8 horas, quando os congressistas chegavam para as atividades do dia.



NOVAS MORADIAS PARA A POPULAÇÃO.

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Habitação e da CDHU, entregou desde 2011 mais de **157 mil novas moradias** para quem precisa. Além de produzir, a CDHU diversificou as modalidades de construção e inovou, instalando sistemas de captação de energia solar para aquecimento de água e, nas novas contratações, placas fotovoltaicas para geração de energia. O resultado é economia para os moradores e habitações sustentáveis. **Qualidade, Inovação e Sustentabilidade:** é o Governo do Estado trabalhando para que todos possam Morar Bem, Viver Melhor.



CDHU

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Habitação

Atuação marcante das mulheres no 62º CEM



Por Marilene Mariotoni

A participação de Prefeitas, Vice Prefeitas, Vereadoras, Primeiras Damas e demais Mulheres integrantes de entidades não-governamentais, no 62º Congresso Estadual dos Municípios, em Santos, de 2 a 7 de abril, foi das mais expressivas. Participaram de painéis, proposições e demais atividades, realizando um importante entrelaçamento, com troca de ideias e projetos.

Educação

Na programação oficial do Congresso, coordenei o painel da Educação, contando com a presença de Ida Franzoso de Souza, ex-Prefeita de Pedrinhas Paulista e Superintendente do Consórcio CIVAP, de José Mário Brasiense Carneiro, Diretor Presidente da Oficina Municipal e Luiz Miguel Garcia (União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo - UNDIME).

Programação Especial

Coordenada pela Diretora da APM, Prefeita Daniela Santos Brito (Monteiro Lobato), Dalva Christofletti Paes da Silva (Ceame) e Marilene Mariotoni, 4ª Vice Presidente da APM, as palestras realizadas foram de grande interesse e envolvimento dos presentes.

Primeiras Damas

Com participação importante no Congresso da APM, a Presidente do Fundo Social de Solidariedade de Santos, Maria Inês Barbosa, que fez a abertura da programação especial, em mesa composta pelas coordenadoras dessa programação, além de Marta Livia (Libra), também pales-



trante, e da ex-Vereadora Terezinha de Jesus Pedrosa. Maria Inês, bem assessorada por Selley Storino e equipe valorosa, deu toda a atenção às primeiras damas e presidentes de Fundos Sociais, como Juliana Cintra (Campos do Jordão), Carla Ushijima (Irapuru), Cláudia Domingues (Pindamonhangaba) e Débora Borges (Caçapava).

Novo da Velhice

Foi o tema abordado pela psicóloga Dra. Maria Célia de Abreu, cujas palavras sensibilizaram muito as presentes para desenvolvimento nos municípios.

Merenda Municipal

Tema do Dr. Ernane Rosas, presidente do Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo (Sinesp) e da Dra. Denise Hernandez, Presidente do Conselho Regional dos Nutricionistas (CRN3). Na oportunidade, o Sinesp, através do Dr. Ernane, fez duas homenagens, com entrega de placas com belas mensagens a Marilene Mariotoni e a Dalva Paes da Silva.

Prefeitas

Muitas Prefeitas presentes ao 62º Congresso: Luciana Rodrigues (São João de Iracema), Celeide Floriano (Indiana) participou da Mesa do painel Educação, Daniela Santos Brito que fez palestra sobre Municípios de Interesse Turístico e coordenou painel sobre a CNM e a XXI Marcha, Tamiko Inoue (Andradina), Liliana Bechara (Araçariçuama), Helene Sorroche (Alto Alegre), Gisele Tonchis (Lourdes), Fabiana Barcelos (Riolândia), Sebastiana Cardoso (Taquerivaí), Maria Felicidade (Tabapuã) e outras.

Vice Prefeita Laís Aloíse

Laís Aloíse, Vice Prefeita e Secretária de Defesa do Cidadão de Valinhos foi presença constante no Congresso da APM, participando dos painéis da Educação e da Segurança, assim como das palestras, da visita aos stands e da programação especial. Com isto levou informações e trabalhos ao município que tão bem representa. Estiveram lá as Vice Prefeitas Maura Russo (Praia Grande) e Teresinha Souza (Américo Brasiense).

Vereadoras

A Vereadora Sônia Beolchi (Ibirá), Conselheira da APM, mais uma vez mostrou intensa participação no Congresso, lutando pelos assuntos do município. Entre outras, presentes as Vereadoras Elisabete Silva (Itirapina) que também participou do painel de Educação, Nanci Zanato e Salete Alves (Ilhabela), Maria do Carmo Guilherme (Rio Claro) que participou do painel de Paulo Skaf, Catarina Briozo (Amparo), Daniele Freire Silva (Estiva Gerbi), Naiara Hendriks (Holambra) que participou da entrega de homenagens do Sindicato dos Nutricionistas, Eliana Oliveira (Brotas), Elisângela Soares e Rozi Machado (Ibiúna), Roberta Souza (Atibaia), Débora Marcondes (Itapeva), Sílvia Néspolo (Tabapuã), Marta Martins (Dois Córregos), Aparecida Cardoso (Boituva), Joana Brescansim e Ivete Melo (Iapussu) e Neide Fernandes (Monte Mor).

Vereadoras Adriana e Janaína

A Vereadora Adriana Ramalho foi eleita Presidente da Associação das Vereadoras do Estado de São Paulo (Avesp) e a Vereadora Janaína Lima, Vice Presidente, ambas Vereadoras de São Paulo. A Vereadora Adriana participou da abertura do Congresso da APM e visitou a sede da entidade visando trabalhos conjuntos, tendo sido recebida pelo 1º Vice Presidente Marcelo Barbieri.

Mulher e Municipalismo

Com sucesso falou às presentes, sobre importante tema, a Dra. Marlene Campos Machado, presidente do PTB Mulher Nacional e estadual, acompanhada das competentes Dra. Larissa Campos Machado e Patrícia Bento.



Avesp

Já as Vereadoras Maria Joaquina dos Santos (Campos do Jordão), Alliny Fernanda Sartori (Ibitinga), Ivani Pereira (Narandiba) e Gislene Cardoso (Pindamonhangaba), ocupam respectivamente, as Diretorias Administrativa, de Marketing, Financeira e de Cultura, e Eunice Cabral (Piracaia), de Comunicação.

Profª. Lúcia França

A Profa. Lúcia França, esposa do Governador Márcio França e Presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo foi uma das presenças mais esperadas e comemoradas, palestrando e visitando todos os stands do evento.

UALP Mulher

As engenheiras Marina Valle e Helena Ng, da UAP Mulher (União das Associações de Engenharia e Arquitetura do Litoral Paulista) estiveram presentes no Congresso de Santos, trocando ideias, participando de palestras e visitando stands, sendo que Marina participou da Mesa de trabalhos do painel Educação.

Senadora Marta

A Senadora Marta esteve presente à abertura do 62º Congresso da APM, ela que tem desenvolvido uma pauta municipalista no Senado.

Deputada Célia

Sempre presente e sendo recebida com muito entusiasmo, a Deputada Estadual Célia Leão, engrandeceu o evento com seu pronunciamento.

Mulheres da Verdade

Vera Lauria Rosa, Maria José Nascimento e Gladys Rodrigues compareceram representando a Associação Movimento Mulheres da Verdade.

Embaixadora da Paz

A Prefeita Daniela de Cássia Santos Brito, membro do Movimento da Mulher Municipalista (MMM), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), recebeu o título de Embaixadora da Paz Mundial, em 11 de maio, em Pinheiros, São Paulo, por seu trabalho para o aumento da participação feminina na vida pública e na causa municipalista. Daniela fez recentemente palestra para 150 líderes mundiais reunidas pela Associação das Mulheres para a Paz Mundial. Parabéns efusivos!

Marilene Mariottoni é 4ª Vice Presidente da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemariotton@uol.com.br

62º Congresso de Municípios

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS





Alô, primeiras-damas

A Programação Especial do 62º Congresso Estadual de Municípios, contou com um bom número de prefeitos e vereadores, que enriqueceram muito as discussões da pauta apresentada. Quando iniciamos a prática dessa programação, há décadas, a proposta foi a de centrar a pauta na humanização da gestão pública municipal, uma vez que se tornou comum o modelo das Primeiras Damas assumirem secretarias, sempre das áreas assistencial e desenvolvimento social, nunca de áreas técnicas. E ao longo dos anos o número de participantes dessa programação foi aumentando, levado pelo interesse na prática e nas experiências de atividades de humanização. Nessa versão tivemos ilustres palestrantes e sobre eles (as) falaremos em outras edições. Nesta, vamos destacar a presença ilustre da Professora Lúcia França, hoje e desde o dia 06 de abril último, a Primeira Dama do Estado e Presidente do Fundo Social de Solidariedade.

Extraordinariamente simpática, acompanhada de uma assessoria incrível, se pronunciou de forma clara e objetiva falando – e isso foi emocionante – sobre a família, primeiro a dois, com o Governador Márcio França, depois a vinda dos filhos, a formação dos mesmos e o ingresso do marido na vida pública. Falou da atuação como Primeira Dama de São Vicente e sua visão de mundo diante da sociedade que normalmente deposita a esperança de qualidade de vida no prefeito, que nem sempre conta em sua estrutura com os equipamentos sociais em quantidade suficiente para atender toda a demanda.

Foi aplaudida em pé e recebeu flores da Sra. Lurdinha Cruz, esposa do Presidente da APM, Carlos Cruz. No final visitou todos os estandes da exposição paralela, cumprimentando a todos individualmente e comentando sobre



cada produto ou serviço em exposição. Incrível sua disposição e entusiasmo.

A Comissão Organizadora da Programação foi composta pela Prefeita de Monteiro Lobato, Daniela de Cássia Santos, pela 4ª. Vice presidente da APM Marilene Mariotoni e por nós, que tivemos a honra de também fazer parte. No final foi aprovada a CARTA que segue:

“As Primeiras Damas, prefeitas (os), vice-prefeitas(os), vereadoras(os), secretárias(os) municipais e representantes da sociedade civil organizada e do terceiro setor, presentes na Programação Especial do 62º Congresso Estadual de Municípios, paralela a Programação Geral, pleiteiam:

1 - Área da Educação - Dada a importância da nutrição para o aprendizado do aluno, o aumento do repasse estadual para a merenda escolar;

2 - Divulgação da fundação Ulysses Guimarães e da LIBRA – Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil e de outras Entidades que oferecem cursos gratuitos de formação política e outras;

3 - Incentivo pelas instituições públicas e privadas para apoio às mulheres para integrarem o movimento municipalista num processo de possíveis candidatas a cargos eletivos;

4 - Cidadania • Instrumentos sociais para a Justiça Restaurativa, para que criem ferramentas para despertar nas pessoas novos conceitos de valores colocando-se no lugar do outro, para compreender melhor o que realmente sentir, ao cometer seus deslizamentos. • Deficiência: seja colocado no

Sistema Educacional dos alunos, conteúdo programático que leve o respeito e conquistas de portadores de deficiência física ou mental e o conhecimento dos direitos, bem como a efetivação da acessibilidade necessária. • Idoso: Incluir no Sistema Educacional brasileiro ações Intergeracionais, que promovam a troca de ideias entre gerações, agregando crianças, jovens, adultos e idosos. • A sensibilização dos governos e da sociedade em geral, ações de combate ao preconceito de gênero, etnia, entre outros. • Atenção dos Partidos para a candidatura de Mulheres, em especial recursos para a campanha.

5 – Municípios de interesse Turístico • O tema foi abordado pela Prefeita de Monteiro Lobato, Daniela de Cássia Santos Brito, Presidente da Associação dos Municípios de Interesse Turístico. Ela destacou a importância do Turismo para o Desenvolvimento dos Municípios e apresentou caminhos para transformá-los em Municípios de Interesse Turístico.

6 – Santos Cidade Criativa: Formar rede de apoio aos municípios interessados para integrar a Rede Cidades Criativas da UNESCO, promovendo a troca de experiências em programas de desenvolvimento sustentável e de criatividade.”

Sobre esses itens da Carta estamos à disposição para fornecer detalhes.

Dalva Christofolletti Paes da Silva é do departamento de Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO A SERVIÇO DA POPULAÇÃO



BIOGÁS TRANSFORMADO EM BIOMETANO

A Sabesp começou a usar o biogás gerado no tratamento do esgoto para produzir o combustível da frota de veículos da empresa em Franca. O projeto é pioneiro na América Latina, fruto de uma parceria com o instituto alemão Fraunhofer, para geração de biometano de uso veicular a partir do tratamento de biogás. Respeito às pessoas e ao meio ambiente.



APLICATIVO SABESP MOBILE

A Sabesp criou o aplicativo de celular e tablet para facilitar a vida dos clientes. Os serviços da empresa agora estão na palma da sua mão: comunicado de falta d'água, acesso à segunda via de conta, histórico das 12 últimas medições, avisos sobre vencimento de débitos e alertas quando é registrado consumo acima do normal, impressão da segunda via, entre outros.



SANI | A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL QUE FACILITA A VIDA DE PESSOAS

Atuando na agência de M'Boi Mirim, Sani, a atendente virtual da Sabesp, utiliza a tecnologia de inteligência cognitiva Watson da IBM. A agência laboratório no Jardim Ângela (Zona Sul de São Paulo) atende em média 13 mil clientes por mês e agora conta com tecnologias de ponta e autoatendimento em totens e tablets onde é possível dialogar com a Sani, uma inteligência artificial desenvolvida para facilitar e otimizar o atendimento ao cliente com muita eficiência e inovação.

Prefeita é nomeada Embaixadora da Paz

A prefeita de Monteiro Lobato e 3ª secretária da APM, Daniela de Cássia Santos Brito, foi nomeada Embaixadora da Paz, pela Universal Peace Federation, ong internacional com status consultivo especial junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Daniela é uma das 20 pessoas do Brasil que recebeu este título, com a missão de difundir a cultura de paz. “É uma responsabilidade de muito grande”, disse a nova embaixadora da paz.

Ela explicou que participa da Associação das Mulheres para a Paz Mundial, inclusive com palestras sobre o trabalho que desenvolve em Monteiro Lobato, na área de educação. “Para a UPF, investir em Educação é investir para a paz”, explicou a prefeita. Mas o título não se deve apenas a isso. Soma-se também ao fato de Daniela representar o movimento mulher municipalista.

O processo de indicação é muito



Dra. Hak Já Han Moon, prefeita Daniela e Ver. Dr. Sun Myung Moon


rigoroso. Apenas embaixadores podem fazer indicações e a prefeita de Monteiro Lobato foi referendada pela presidente da representação paulista da Associação de Mulheres para a Paz Mundial, Dra. Hak Já Han Moon. Esta associação é atuante e tem ações no Brasil na formação de líderes em suas regiões para disseminar a paz.

“A partir da nomeação como embaixadora – explicou a prefeita Daniela – é um compromisso daqui pra frente para a construção de uma sociedade de paz, de uma cultura de paz, onde quer que eu esteja. Em qualquer país do mundo vou ser reconhecida como embaixadora da cultura de paz”.

FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS

Desenvolvimento de competências e capacitação para uma Gestão Pública mais eficiente.

Parceria IBEGESP-APM
20% de desconto na matrícula aos associados em todos os cursos do Instituto.


18/08 a 08/12
Sábados Quinzenais


08:30 às 17:30


30 dias de Suporte
após término do curso

ibegesp.org.br
(11)3052-2529

Inscreva-se

 contato@ibegesp.org.br  facebook.com/ibegesp  instagram.com/ibegespoficial





Prefeitos ganham Sala Especial no Palácio dos Bandeirantes

Além das dezenas de atribuições de importância fundamental junto ao governador do Estado, a Secretaria de Casa Civil do Palácio dos Bandeirantes criou uma nova área, que está sendo tratada com especial carinho: é a Sala dos Prefeitos, amplo espaço reservado aos chefes de executivos das cidades paulistas, onde são recebidos e têm suas demandas encaminhadas mais rapidamente. “O objetivo é dar maior agilidade ao atendimento aos prefeitos”, afirma o secretário-chefe da Casa Civil, advogado Cláudio Valverde Santos, a quem a nova estrutura está subordinada. Na verdade, ela já está até funcionando, embora em caráter provisório, porque a previsão de inauguração é para as próximas semanas. “Estamos equacionando uma agen-



Secretário-chefe da Casa Civil do Palácio dos Bandeirantes, Cláudio Valverde Santos

da do governador Márcio França e o presidente da Associação Paulista de Municípios, Carlos Cruz, para fazermos uma solenidade formal”, explicou ele.

A Sala dos Prefeitos ocupa um

conjunto nobre de salas no 2º andar do Palácio dos Bandeirantes, em que as autoridades municipais serão recebidas, apresentarão suas demandas e os pedidos passarão por análises para encaminhamento

e respostas em menor prazo. “O governador Márcio França é muito sensível às questões dos municípios e se preocupa em facilitar ao máximo os canais para os prefeitos encontrarem mais rapidamente as soluções”, disse o secretário Valverde, ao contar como surgiu a ideia da criação da Sala dos Prefeitos. “O presidente da APM, Carlos Cruz, teve participação importante para montarmos a estrutura”, acentuou.

O chefe da Casa Civil do Palácio dos Bandeirantes disse que os primeiros dias de funcionamento estão comprovando a necessidade desse aperfeiçoamento nas relações entre os prefeitos e as demandas levadas ao Governo. “A comodidade da Sala dos Prefeitos permite primeiro o encontro com outros chefes do executivo e, além disso, ter pessoas a quem possam levar seus pedidos e terem uma resposta mais ágil”, ressaltou o secretário Cláudio Valverde. E há um motivo para ter recebido a missão de concretizar este pedido do governador — a proximidade com o amigo Márcio França, a quem acompanha há longos anos, desde a época em que começaram a trabalhar juntos na Prefeitura de São Vicente.



*Odilon Rodrigues Martins,
Prefeito de Bernardino de Campos*



*José Altair Gonçalves,
Prefeito de Ubirajara*

Aprovado o novo espaço

A Sala dos Prefeitos está aprovada, se depender da opinião de seus principais usuários, os chefes de executivos. Pelo menos é a opinião dos prefeitos Odilon Rodrigues Martins, de Bernardino de Campos, e José Altair Gonçalves, de Ubirajara, que já utilizaram a estrutura.

“Muitas vezes temos alguma coisa para fazer, um documento que não veio certo e precisa mudar. Então, aqui nesta sala temos estrutura para isso também”, disse o prefeito José Gonçalves. “Antes procurávamos cada área em que precisávamos resolver problemas; agora temos um

lugar especial para ver todas as nossas demandas”, completou.

Já o prefeito Odilon Rodrigues salienta que a Sala dos Prefeitos é importante porque serve como retaguarda. “É um local para dialogar e trazer os problemas. Hoje, por exemplo, vim aqui falar do grande problema da minha cidade, a necessidade de recapeamento nos bairros, porque o asfalto está muito esburacado”, comentou ele, que ainda fez um elogio especial ao governador Márcio França: “O governador esteve na minha cidade e levamos 42 prefeitos para conversar com ele”.

Nova equipe de governo

A nova equipe que compõe o primeiro escalão do governo de São Paulo é formada pelos seguintes nomes:

Lourival Gomes

Administração Penitenciária

Francisco Sérgio Ferreira Jardim

Agricultura e Abastecimento

Claudio Valverde Santos

Casa Civil

Coronel PM Helena dos Santos Reis

Casa Militar

Jânio Francisco Benith

Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Romildo Campello

Cultura

Gilberto Nascimento Júnior

Desenvolvimento Social

Linamara Rizzo Battistella

Direitos da Pessoa com Deficiência

João Cury Neto

Educação

Cícero Firmino da Silva

Emprego e Relações do Trabalho

João Carlos Meirelles

Energia e Mineração

Carlos Renato Cardoso Pires de Camargo

Esporte, Lazer e Juventude

Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho

Fazenda

Saulo de Castro Abreu Filho

Governo

Nelson Luiz Baeta Neves Filho

Habitação

Márcio Fernando Elias Rosa

Justiça e Defesa da Cidadania

Mário Mondolfo

Logística e Transportes

Maurício Brusadin

Meio Ambiente

Maurício Pinto Pereira Juvenal

Planejamento e Gestão

Juan Francisco Carpenter

Procuradoria Geral do Estado

Benedito Braga

Saneamento e Recursos Hídricos

Marco Antonio Zago

Saúde

Máximo Alves Barbosa Filho

Segurança Pública

Clodoaldo Pelissioni

Transportes Metropolitanos

Junior Aprillanti

Turismo



O gestor público e a segurança de suas decisões

Uma nova Lei trouxe profunda inquietação no meio jurídico ao dispor sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público, com a expectativa de combater irregularidades administrativas.

É a Lei Federal nº 13.655 de 25 de abril de 2018, que trouxe à baila discussões no âmbito do Ministério Público, dos órgãos de controle da Administração Pública e do Poder Judiciário.

É bem de ver, contudo, que a Lei trouxe uma série de medidas salutares.

Um exemplo consiste no fato de que a Lei dá importância à realidade da Administração Pública, até então esquecida pelo legislador, na medida em que impõe que na interpretação de normas sobre gestão pública, deverão ser considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

O diploma também prevê a participação do cidadão no âmbito decisório da Administração Pública ao dispor que a edição de atos administrativos por autoridade administrativa em qualquer órgão ou Poder poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, a qual será considerada na decisão.

Além disso, segundo a nova Lei o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de

dolo ou erro grosseiro.

Apesar das mencionadas inovações benéficas, há quem sustente que se trata de uma suposta oportunidade para a impunidade e redução do leque de responsabilidades do Administrador Público.

Não é o que, de fato, nos parece.

A norma trouxe uma certa margem de conforto para o bom administrador público, na medida em que o protege contra atos temerários praticados muitas vezes pela Justiça, Ministérios Públicos e Tribunais de Contas, ao considerarem improbidade administrativa decisões difíceis tomadas por bons gestores diante de cenários extremamente complicados.

Nesse sentido, o novo diploma prestigia o administrador honesto, o bom gestor e procura considerar a realidade da Administração Pública, até então esquecida pelo legislador e também pelos promotores e juízes, muitas vezes.

O novo diploma pode contribuir para combater o fenômeno recente da multiplicação de inquéritos civis e penais, ações civis públicas e ações de improbidade movidas em face de bons gestores que tomam decisões em casos complicados diante de cenários conturbados na Administração Pública.

Não se trata, indiscutivelmente, de limitar a responsabilização dos agentes que tenham eventualmente cometido irregularidades, pois a Lei garante que o agente público tenha de responder pes-

soalmente por suas decisões ou opiniões técnicas quando atue com dolo ou erro grosseiro.

Procura-se evitar, no entanto, que o gestor que não tenha cometido infração seja, de fato, submetido a perseguições seja por meio de inquéritos ou de ações judiciais apenas pelo fato de ter decidido questões intrincadas que demandavam deliberação exigida no estrito exercício de sua função administrativa.

Tal fenômeno acabou por resultar, inclusive, no afastamento de bons gestores da Administração Pública, que tanto deles necessita. A situação de vulnerabilidade em que se encontravam pelo simples exercício da função pública foi suficiente para causar o seu desinteresse e consequente afastamento.

Sendo assim, tendo em vista que a Lei nº 13.655/2018 cuida da segurança jurídica e da eficiência na criação e na aplicação do direito público, inovando numa seara que, de fato, necessitava de regulamentação, acreditamos que o diploma possa contribuir para melhorar a gestão da Administração Pública. Assim seja.

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor” (isabela@conam.com.br).



A atuação das Câmaras na fiscalização dos Prefeitos

O tema da responsabilidade dos prefeitos, espinhoso na realidade dos municípios, tem tomado dimensões cada vez maiores e no universo dos Executivos Municipais. Evidente que o momento político atual, exige dos órgãos competentes o exercício efetivo de fiscalização e, conseqüentemente, aplicar a punição adequada aos transgressores das normas legais. Ainda assim, o que não se pode permitir é a utilização de tais mecanismos como instrumentos de perseguição política.

Não pretendo vendar os olhos às irregularidades nem estimular os membros do legislativo que se imiscuem de sua responsabilidade fiscalizadora. Somente projeto neste raciocínio a análise dos comportamentos abusivos emanados das Casas de Lei em razão de rixas políticas que, por vezes, deixam de seguir o procedimento correto e, mais que isso, não apresentam as provas suficientes para aplicação das condenações.

É amplamente sabida a incompetência do Judiciário quanto a análise de valoração dos motivos da decisão política emanada pela Casa de Leis, a qual possui atribuição discricionária no momento da aplicação de penalidades. Porém, não podemos manter a mesma regra quando estivermos frente a atos infundados, ilegítimos e tomados pelo abuso do poder. Ao que pese o Decreto Lei 201/67 garantir a qualquer eleitor a possibilidade de apresentar denúncia em razão de notícia de infração político-administrativa por parte dos agentes políticos (Prefeitos e Vereadores), é importante ressaltar que essa acusação indique provas do ilícito e verdadeira exposição dos fatos.

Outro ponto de extrema importância é a questão da distinção do ato ilícito, que pode ser tipificado como crime de responsabilidade ou como infração político-administrativa. Essa diferenciação é extremamente pertinente pois, conforme amplamente discutido pelo

STF e estabelecido pelas regras do DL 201/67, os chamados “crimes de responsabilidade” previsto no art. 1º do DL 201/67, são, na verdade, crimes comuns, já que são julgados pelo Poder Judiciário, independentemente de pronunciamento da Casa Legislativa; já as infrações político-administrativas, encontradas no art. 4º do DL 201/67, sujeitas a julgamento da Câmara de Vereadores, com a cassação de mandato, são as que na tradição do direito brasileiro, denominamos “crime de responsabilidade”.

Neste contexto observo que a sanção político-administrativa imposta ao Chefe do Executivo, bem como a decisão de cassação do seu mandato, é competência exclusiva da Câmara, pois, assim como no procedimento de impeachment, busca, em essência, proteger e assegurar a intangibilidade do princípio fundamental da separação de poderes.

No entanto, ressalto, o ato do legislativo não deve ser considerado legítimo quando exercido em descompasso aos limites estabelecidos pelo Texto Constitucional, considerando que as atividades dos Poderes estatais se submetem às duras condicionantes impostas pela Constituição, principalmente, quando se decide pela imposição da sanção punitiva, ainda que de índole política, como a decretação da perda do mandato.

Sendo assim, em vista das incumbências conferidas ao Judiciário, os desvios jurídico-constitucionais praticados pela Casa Legislativa, mesmo aqueles surgidos no contexto dos processos políticos, não se mostram resistentes à fiscalização judicial. Pensar em sentido diverso seria o mesmo que desprezar a força normativa da Constituição e das leis infraconstitucionais em detrimento de estatutos regimentais.

O regime democrático, analisado na perspectiva das relações entre o poder e o Direito, não tem condições de subsistir, quando as instituições políticas do Estado falharem em seu dever de

respeitar a Constituição e as leis, pois, sob esse sistema de governo não poderá jamais prevalecer a vontade de uma só pessoa, de um só estamento, de um só grupo ou, ainda, de uma só instituição.

A cassação de mandato eletivo é medida extrema com um impacto sobre a legitimidade democrática que detém, de destituição de um agente político presumidamente temente à máxima do princípio republicano, democrático, representativo e, no que eles impõem, de transparência.

Por essa razão, a literalidade da lei deve ser estritamente seguida, não somente pela obrigatoriedade de observância às regras, mas, como garantia de mitigação extrema dos impactos negativos que essa medida gera na comunidade representada.

A utilização de uma ferramenta tão devastadora como instrumento de perseguição política é inimaginável em um estado democrático de direito fundado por uma Constituição que neste ano completa 30 anos de existência e, por muitos, considerada a Carta Constitucional mais democrática e cidadã da história brasileira. As inobservâncias as regras são tamanhas, que, em simples levantamento junto aos Tribunais de Justiça dos estados brasileiros, nos surpreendeu a imensidão de decisões emanadas pelo Judiciário anulando decretos legislativos em cassação de mandato.

Por fim, para que não paire dúvidas, uma decisão judicial que restaure a plenitude da ordem jurídica, garantindo a manutenção dos direitos assegurados e dos conteúdos normativos constantes na lei e no próprio Texto Constitucional, não pode ser considerada um ato de interferência na esfera do Poder Legislativo, consoante já proclamou, em unânimes decisões, o Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Tony Ferreira de Carvalho Isaac Chalita é sócio coordenador do Departamento de Direito Político e Eleitoral do Escritório Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados.

Evento organizado pela FEAPAES-SP discutiu legislação do Terceiro Setor

A Federação das APAES do Estado de São Paulo (FEAPAES-SP) realizou nos dias 22 e 23 de março, a I Jornada de Legislação do Terceiro Setor, na cidade de Bauru (SP). Durante o encontro foram discutidos vários temas que envolvem o cenário jurídico das organizações que compõem o Terceiro Setor, como reforma trabalhista, imunidade tributária, a Lei nº 13.019, entre outros.

Os temas foram escolhidos como finalidade de nortear a atuação das APAES diante dos desafios legais que as entidades enfrentam no dia a dia. “O evento teve como objetivo oferecer orientações jurídicas para as APAES, com temas variados e de interesse das instituições, para que elas tenham segurança jurídica na realização das atividades diárias”, explica a presidente da FEAPAES-SP, Cristiany de Castro.

A Jornada contou com a participação de renomados palestrantes da área jurídica do Terceiro Setor. Abriam o evento no dia 22, os advogados Luiz Lago e Daniela Chiarato, que na ocasião falaram sobre o tema Reforma Trabalhista. No mesmo dia, o advogado e procurador jurídico da FEAPAES-SP, Acir de Matos Gomes, palestrou sobre a Comunicação para uma Gestão Efetiva.

No segundo dia de evento, os advogados Adriano Mello e Renata Victorelli ministraram a palestra Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). Bianca Monteiro, advogada especialista em Gestão Estra-



*Cristiany de Castro,
presidente da FEAPAES/SP*

Palestras contaram com público de 300 pessoas, aproximadamente, compostas por integrantes das APAES do Estado

tégica de Organizações do Terceiro Setor, palestrou sobre a Responsabilidade Civil e Geral dos Presidentes, considerando a Lei nº 13.019. Após o almoço, o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), Domingos Taufner, e a agente

de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Luciana Maria Assad, apresentaram ao público a palestra Prestação de Contas à Luz da Lei nº 13.019 sob a Ótica do Tribunal de Contas. A palestra Imunidade Tributária, com a especialista em Direito Tributário, Renata Lima, e com o procurador-geral do município de Belo Horizonte/MG, Tomáz de Aquino, fechou o evento.

O evento contou com a presença de um grande público nos dois dias, aproximadamente 300 pessoas passaram pela I Jornada de Legislação do Terceiro Setor, entre presidentes de APAES, procuradores jurídicos, diretores e coordenadores. “Isso confirma a rede apaeana como uma rede forte na defesa e garantia dos direitos da pessoa com deficiência, nós hoje atendemos mais de 60 mil pessoas no Estado inteiro, adquirimos expertise nos atendimentos nas áreas da educação, saúde e assistência social, o que mostra também que os profissionais das APAES estão preocupados em se atualizarem para trabalhar de uma maneira cada vez melhor e fazendo um serviço de excelência”, conclui Cristiany.





A “Cidade como Plataforma Digital: Um caminho para mudar a realidade dos municípios brasileiros

Por Rodney F. Nascimento
Vinícius Garcia de Oliveira
e Maurício Casotti

A expansão rápida e contínua da população urbana, num planeta que parece cada vez menor, está potencializando os desafios sociais, econômicos e ambientais nas cidades ao redor do mundo. No Brasil não é diferente, a concentração populacional nas cidades é uma realidade que deve agravar os desafios dos gestores públicos no que diz respeito à saúde e bem estar da população, urbanização inclusiva e sustentável, educação e cultura, segurança pública, mobilidade urbana e meio ambiente.

A deterioração das contas públicas municipais também é um fator crítico no cenário atual, tendo como pano de fundo a grave crise fiscal que assola o Brasil. Neste cenário, o desafio se concentra em como criar condições para estimular o desenvolvimento socioeconômico e reduzir a alta dependência das verbas da União.

Outra perspectiva importante a ser considerada é o rápido crescimento da sociedade conectada e o seu potencial de transformar os

hábitos e as relações entre as pessoas e as instituições, e que deve ser tratada pelos gestores públicos, tanto no contexto de desafio, quanto de oportunidade.

A sociedade conectada como motor de transformação

Destacam-se entre as mudanças de comportamento já percebidas nos cidadãos conectados, um ritmo muito mais intenso de consciência coletiva (acesso e compartilhamento de informação) e novos patamares de expectativa de qualidade, agilidade e transparência, além de novas possibilidades de interação e experiência.

Na era da conectividade onipresente, onde pessoas e “coisas” permanecem conectadas a todo o momento e em qualquer lugar, o futuro das cidades depende cada vez mais da sua capacidade de utilizar os seus recursos de maneira estratégica.

O modelo convencional ao qual estamos acostumados e que define as cidades como lugares geofisi-

cos, vêm sofrendo grande pressão para evoluir.

Neste contexto, a experiência é distribuída e não centralizada, já a governança é resultado da habilidade de coletar e gerir informações que visam transformar o ambiente econômico e social da cidade. Em face às restrições de orçamento e as necessidades públicas crescentes, as cidades devem começar a pensar sobre como capitalizar recursos ou valor (soluções para os desafios do município) provenientes de seu ecossistema local.

Entre os benefícios esperados a partir desse ambiente hiperconectado é a possibilidade da aplicação do conceito de Internet das Coisas (ou Internet of Things – IoT, em inglês), visando à melhoria dos serviços públicos prestados à população e maior transparência e eficiência da administração. Outra perspectiva importante habilitada pela IoT é a promoção da inovação aberta como elemento catalisador do desenvolvimento socioeconômico para todo o ecossistema local.

O Ecossistema provendo inovação e geração de valor

O ecossistema do município é composto por pessoas, empresas e agentes públicos que estabelecem relações entre si na execução de suas atividades. Esse ecossistema pode ser fortalecido por meio de cinco perspectivas, sendo elas:

- Foco na jornada do cidadão – o acesso à internet por meio dos smartphones permite criar novas experiências e formas de comunicar e engajar os cidadãos, além de oferecer condições para incentivar o empreendedorismo local na criação e oferta de novos produtos e serviços que ofereçam maior conveniência e qualidade de vida.

- Ecossistema como direcionador para o equilíbrio social e econômico – cada cidade deve compor um ecossistema em torno dela. É natural que isso aconteça em sinergia com a vocação da localidade, seja ela agricultura, turismo, tecnologia, entre outras. O governo local precisa criar condições favoráveis para o estabelecimento de um ecossistema que reforce os seus diferenciais, atraindo empresas, gerando empregos, retendo talentos e fortalecendo a economia.

- As demandas e as ofertas são fluidas no ecossistema – com o ecossistema formado, as ofertas e as demandas passam a ser fluidas e o ambiente local tende a se tornar sustentável.

- Os dados são a nova moeda – o combustível que movimenta a economia digital são os dados. As cidades tem o potencial de coletar uma enormidade de dados que, se bem tratados, podem direcionar melhor os investimentos em infraestrutura e serviços públicos, atrair capital privado e aquecer a economia local.

- As redes sociais regulam a

reputação – com a popularização dos smartphones e a crescente adoção das redes sociais, eventos que antes ficavam isolados, hoje são divulgados de forma ampla e instantânea, afetando a popularidade e a percepção de eficácia dos gestores municipais. Trata-se de um novo controle de qualidade social que, naturalmente, vem ganhando maior relevância que as tradicionais pesquisas de opinião e popularidade.

A Cidade como Plataforma Digital

A confluência de grandes mudanças envolvendo pessoas, dados, infraestrutura e tecnologia estão provendo novas capacidades para as cidades se tornarem inteligentes. Neste caso, a cidade alcança a capacidade de realizar a coleta, a integração e a análise de dados de diferentes origens e formatos para subsidiar as estratégias do município pautadas no bem-estar dos cidadãos, na sustentabilidade e no desenvolvimento local.

Nesta jornada de transformação digital das cidades, a Internet das Coisas vem sendo protagonista, ao contribuir para desfazer os silos de informação e integrar as pessoas, as “coisas” e os serviços, possibilitando a coleta de dados em tempo real para enriquecer e agilizar o processo de análise e tomada de decisão.

Já num segundo estágio de transformação, as “Cidades Inteligentes” tendem a aproveitar os avanços conquistados para compartilhar com o ecossistema os dados categorizados como “abertos”, visando estimular a inovação e a geração de valor, seja por meio da criação de novos serviços ou pela composição com outros dados e informações.

Os dados abertos tornam as “Ci-

dades Inteligentes” mais dinâmicas e flexíveis, tanto para promover a cooperação transtetorial no âmbito da governança municipal, quanto para engajar os atores locais (empresas, startups, colégios técnicos e universidades) e compor um ecossistema de inovação aberta, o que caracteriza a “cidade como uma plataforma digital”.

Vale destacar um caso de sucesso da cidade de Manchester (UK), onde uma pequena equipe utilizou dados disponíveis publicamente para enfrentar um desafio de mobilidade urbana criando um aplicativo – o Tramchester. Desenvolvido em seis semanas, a aplicação móvel oferece ao cidadão a melhor rota para um deslocamento dentro da cidade, utilizando a malha de bondes de Manchester.

Desta forma, o conceito de cidade como plataforma preconiza que o município seja um facilitador para a composição e o fortalecimento do ecossistema local. Trata-se do mecanismo de orquestração das relações que se estabelecem promovendo e facilitando o fluxo contínuo entre os produtores e os consumidores de informação, valor e serviços.

Os 10 Princípios da “Cidade como Plataforma”

Agora, o TM Forum - associação global e sem fins lucrativos, com mais de 850 associados atuantes na área de TIC - apresentou um manifesto que defende o conceito da “Cidade como plataforma”, durante o evento Smart City InFocus 2017, na cidade de Yinchuan, na China.

Na ocasião do evento, mais de 40 entidades assumiram o compromisso com o manifesto, entre eles estavam representantes de várias cidades do mundo (Medellín,

Dublin, Miami, Los Angeles, Wellington, Liverpool e Chicago), empresas de tecnologia (Orange, a Tele2, Indra, Siemens e NEC) e associações e instituições internacionais (FIWARE Foundation, Fraunhofer, Future Cities Catapult e Leading Cities).

No centro deste entendimento, estão dez princípios que deverão orientar a criação destas plataformas digitais, integrando os setores público e privado, com vistas à criação de uma economia digital próspera, sustentável e inclusiva. Ao compreender e aplicar os princípios de modelos de negócio de plataformas, as cidades podem se tornar hubs de conhecimento e centros de inovação.

Os dez princípios do documento intitulado “City as a Platform Manifesto” determinam que as plataformas urbanas digitais devam:

1. Providenciar serviços que melhorem a qualidade de vida nas cidades: beneficiando os residentes, o ambiente e ajudando a encurtar a desigualdade digital;

2. Promover a colaboração entre stakeholders privados e públicos em ecossistemas digitais;

3. Apoiar os princípios da economia compartilhada e economia circular;

4. Proporcionar condições para que as “startups” e as empresas locais inovem e prosperem;

5. Reforçar a segurança e privacidade de dados confidenciais;

6. Informar as decisões políticas e oferecer mecanismos para que os cidadãos tenham como manifestar sua opinião;

7. Envolver os governos locais na governança e curadoria;

8. Ter como base os padrões abertos, as boas práticas da indústria e APIs abertos, promovendo uma abordagem neutra de fornece-

do e facilitando a interoperabilidade entre diferentes soluções;

9. Criar condições para que cidadãos de todos os tamanhos possam fazer parte da crescente economia de dados;

10. Contribuir para “tornar as cidades e as comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, conforme preconizado pelas Nações Unidas.

Como o CPqD vem apoiando o desenvolvimento das Cidades como Plataforma

Segundo o relatório da IoT Analytics, existem hoje 367 projetos de IoT para Cidades Inteligentes em curso no mundo, criando soluções de mobilidade, iluminação inteligente, segurança pública, monitoração de ambiente, entre outras.

Nesse contexto, o CPqD além de desenvolver e disponibilizar uma plataforma IoT Open Source – a “dojot”, a qual se apresenta como uma ferramenta útil para acelerar o processo de transformação, também vem atuando para desenvolver um ecossistema de empresas e startups com soluções voltadas para cidades inteligentes.

Como centro de inovação em TIC, o apoio do CPqD pode atender desde o projeto de inovação aberta com a empresa, visando o desenvolvimento ou a evolução da solução, que pode ser viabilizada com apoio de recursos de fomento (EMBRAPPII, SEBRAE e Lei de Informática), até a disponibilização de um ambiente de demonstração.

À medida que a população mundial se expande e as cidades se tornam mais densas, também crescem as iniciativas visando tornar as cidades inteligentes e capazes de lidar com os desafios associa-

dos a sua realidade. Desta forma, os municípios reconhecidos como “Cidade Inteligente” devem ter condições de apresentar evidências sobre os avanços conquistados, a partir do uso da tecnologia, na eficiência da gestão pública (organização, controle, serviços, gastos e tributação), na melhora do consumo de recursos (energia elétrica, água e resíduos), na criação de novas formas de comunicar e engajar os seus cidadãos e no desenvolvimento econômico local.

No entanto, a tecnologia por si só não resolverá todos os desafios enfrentados pelos centros urbanos. É imprescindível a adoção de uma nova abordagem, tornando a cidade uma plataforma capaz de facilitar e promover o compartilhamento de dados e a colaboração entre os diferentes atores do ecossistema local, visando à inovação aberta centrada no cidadão.

As cidades estão cada vez mais conscientes de que precisam ser flexíveis para responder ao cenário atual e se preparar para um futuro ainda mais desafiador. Para isso, será fundamental que elas priorizem os padrões abertos e tenham a interoperabilidade como um princípio orientador em cada projeto e em todas as etapas de sua jornada de transformação digital.

Enfim, a partir da adoção combinada de tecnologias (dispositivos e sensores, conectividade, computação em nuvem, analytics, geolocalização e redes sociais) e a abordagem de plataforma, será possível criar oportunidades para desenvolver o ambiente econômico e social da cidade, trazendo melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, empregos de maior qualificação e recursos financeiros à cidade.



Plataforma IPT Pró Municípios

Por **Alex Fedozzi Vallone**
Luiz Carlos Tanno
e **Tatiana Mestres**

Tomar decisões corretas é uma preocupação diária do gestor público, que precisa lidar com problemas de diversas naturezas para atender às demandas da população. Quando as escolhas a serem tomadas dependem de conhecimentos técnicos e tecnológicos, a situação se torna ainda mais complexa, em especial nos municípios de menor porte que contam com um corpo de funcionários reduzido.

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT vem, de longa data, realizando estudos, projetos e programas para atendimento às demandas dos setores públicos federal, estadual e municipal, sobretudo nas áreas de

engenharia e tecnologia, utilizando para isso sua equipe técnica de mais de 600 profissionais e seus 39 laboratórios.

Tradicionalmente, essa atuação do Instituto junto aos municípios era realizada por meio de projetos e serviços de longa duração. No entanto, a experiência de atendimento mostrou que havia diversas necessidades do dia a dia dos municípios que poderiam ser atendidos de uma outra forma. Para suprir essa lacuna, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, em parceria com IPT, lançou em fevereiro de 2018 a Plataforma IPT Pró Municípios, um portal eletrônico destinado aos gestores municipais para auxiliar a prefeitura em processos de tomada de decisão técnica de forma ágil e

rápida.

A Plataforma IPT Pró Municípios é um serviço inovador de atendimento aos municípios paulistas, que conecta os gestores públicos com o conhecimento técnico do Instituto em engenharia e tecnologia, apoiando no planejamento, gestão e execução de políticas públicas, nas decisões ligadas a compras e licitações e capacitando as equipes em diversos temas, por meio da adesão a um plano de assinatura (<http://municipios.ipt.br>).

Os municípios assinantes têm acesso aos pesquisadores do IPT para consultorias de curta duração, participação em cursos de atualização em temas ligados a tecnologia e gestão pública, além de acesso a manuais técnicos e relatórios de trabalhos anteriores rea-

lizados pela Instituição. Dessa forma, os gestores municipais podem tomar decisões baseadas em critérios técnicos objetivos, melhorando a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população, otimizando o uso de recursos públicos e evitando inconsistências técnicas em processos licitatórios e em normas técnicas.

Entre os serviços oferecidos está o “Consulte o Especialista”, onde cada Prefeitura poderá esclarecer dúvidas técnicas e buscar orientações para a redação de especificações técnicas para editais. Todas as questões respondidas passam também a integrar um banco de perguntas e respostas compartilhado entre todos os usuários da

Plataforma, difundindo informações e conhecimentos.

A Plataforma oferece ainda Cursos de curta duração em diversos temas, que capacitam as equipes das prefeituras a discutir e tomar ações com mais segurança sobre suas escolhas. Gestão de resíduos sólidos, Arborização urbana, Identificação de interesses turísticos, e Identificação de áreas de risco são alguns dos temas oferecidos. Cada Prefeitura pode usufruir de aulas que atualmente são oferecidas na modalidade presencial, no campus do IPT em São Paulo.

Outra iniciativa da ferramenta é disponibilizar relatórios e publicações técnicas. As Prefeituras

poderão acessar o conteúdo tecnológico dos manuais e de publicações produzidos pelo IPT, além de cópias eletrônicas dos relatórios técnicos emitidos pelo Instituto, nos últimos 10 anos, para a própria Prefeitura ou outros órgãos (estaduais ou federais) que sejam de interesse direto da prefeitura ou da região onde a mesma se insere.

Com isso, espera-se fomentar e incrementar o papel do IPT como instrumento efetivo de apoio tecnológico às ações de governo em cada município atendido, modernizando a gestão, contribuindo para o bom uso do recurso público e contribuindo para que os municípios possam atender com qualidade aos seus cidadãos.





O que há de novo no Pnad Contínua?

Ao longo do mês de abril o IBGE divulgou informações estruturais presentes na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Essa pesquisa traz mensalmente análises relativas ao mercado de trabalho e paralelamente, apresenta um conjunto de informações estruturais, comparáveis anualmente. As divulgações trataram dos temas:

- Distribuição dos rendimentos (de todas as fontes) das pessoas residentes;
- Outras formas de trabalho;
- Características gerais dos domicílios e dos moradores.

Distribuição dos rendimentos

Em relação a distribuição dos rendimentos de todas as fontes, a pesquisa sinalizou que houve uma redução no rendimento total das pessoas no ano de em 2017 em relação à 2016. Em 2017 o rendimento médio mensal no Brasil era correspondente a R\$ 2.223,00 e em 2016 ficava em R\$ 2.178,00. Em termos regionais apenas no Sudeste houve queda no intervalo apontado. No entanto essa região apresentava a média mais elevada (R\$ 2.625,00), por outro lado, no Nordeste se observava a mais baixa (R\$1.509,00).

A pesquisa destacou também que permaneceu a diferença existente em relação aos rendimentos considerando aspectos como sexo, escolaridade e raça/cor. As mulheres em 2017 recebiam aproximadamente 77,5% dos valores auferidos pela população masculina. Quanto a escolaridade, as pessoas com ensino superior recebiam rendimento médio três vezes superior ao das

que possuíam o ensino médio completo.

No tocante ao quesito cor/raça ficou evidenciado a persistência das desigualdades existentes no país. Enquanto o rendimento médio mensal das pessoas brancas correspondia a R\$ 2.814,00 as pessoas pardas recebiam R\$ 1.606,00 e as pretas R\$ 1.570,00. Por fim, uma dimensão importante do quadro de desigualdades está associada a concentração da renda. A pesquisa apontou que os 10% da população com maiores rendimentos concentravam 43% do total dos rendimentos do país. No outro extremo, os 10% da população com menores rendimentos auferiam apenas 0,7 do total dos rendimentos do país. Ressalte-se que não houve mudança significativa desse perfil em relação ao ano anterior.

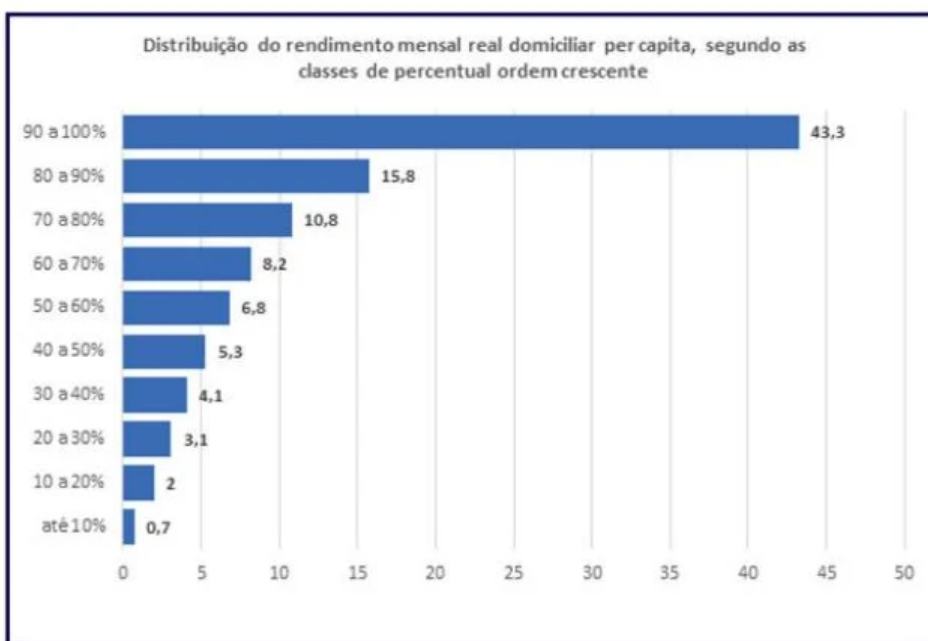
Outras formas de trabalho

Em relação às estatísticas sobre

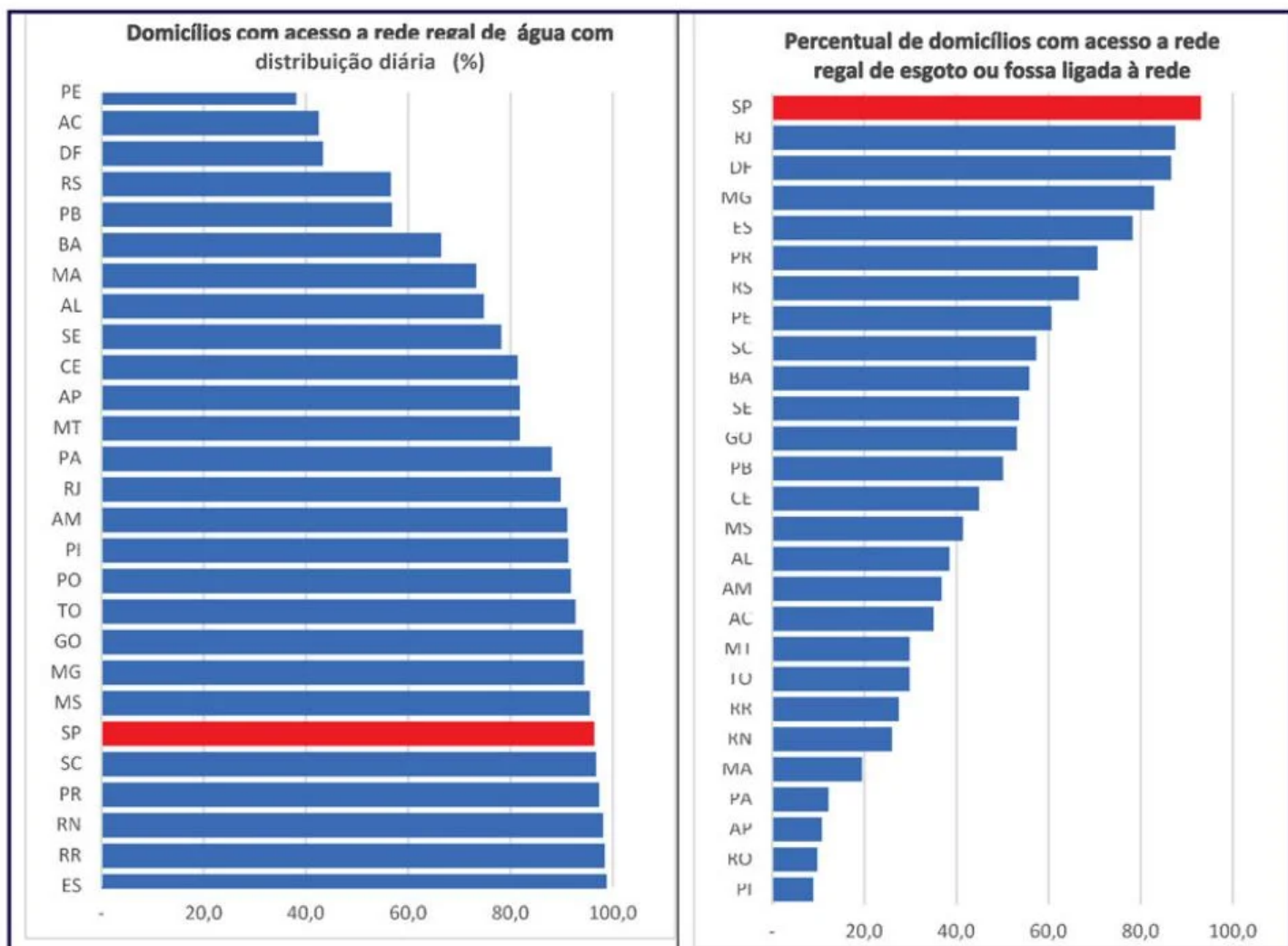
outras formas de trabalho foram abordados itens como produção para o próprio consumo; afazeres domésticos, cuidado com pessoas e trabalho voluntário. Cerca de 7,4% das pessoas com mais de 14 anos no Brasil realizavam esse tipo de atividade. Em 2016 era 6,3%.

Das pessoas que produziam para próprio consumo a constatou-se que a predominância estava localizada em atividades relacionadas a atividade agropecuária (cultivo, caça, pesca e criação de animais), cerca de 77%.

Em relação ao tempo dedicado para tarefas domésticas, um dos itens levantados foi a realização de cuidados de moradores ou de parentes. Neste caso, há uma forte presença da participação feminina. Enquanto entre as mulheres 37% realizavam esse tipo de tarefa entre os homens o índice era de 25,6%. Por fim, em relação a realização de trabalho voluntário a taxa é ainda muito baixa no Brasil. Em 2016 cor-



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017



Domicílios com acesso a rede de água e esgoto - Pesquisa por Unidade Federativa em 2017

respondia a 3,9% e em 2017 passou para 4,4%. A realização desse tipo de atividade aumenta com a faixa etária e também com a escolaridade.

Características gerais dos domicílios e dos moradores

Nesse tópico a pesquisa divulgou dados como condições de moradia (tipo e condição de ocupação), acesso a serviços básicos e posse de bens.

Houve entre 2016 e 2017 uma pequena queda no percentual de pessoas com domicílios próprios, porém a incidência é muito elevada (67,9%) em contrapartida apenas 8,7% das pessoas residiam em imó-

veis cedidos.

No caso do acesso aos serviços básicos percebe-se um contraste grande do estado de São Paulo em relação as demais unidades federativas.

Em São Paulo por exemplo, a cobertura de água com acesso diário era quase plena, alcançando 96,4% dos domicílios. Em contrapartida Pernambuco e Acre apresentava as menores taxas de cobertura com 38,1% e 42,5% respectivamente. Ressalte-se que o Distrito Federal apresentou em 2017 um índice baixo de cobertura (43%) de acesso diário a rede geral de água devido à estiagem na região, que levou ao racionamento. São Paulo

também apresentou um grande alcance dos domicílios conectados à rede geral de esgoto, chegando a 93,1% dos domicílios.

Por fim, no caso da posse de bens vale destacar a universalização do uso da telefonia móvel com a presença em 92,7% dos domicílios e o aumento do alcance da internet em 70,5%.

A próxima divulgação da pesquisa trará informações detalhadas relativas aos indicadores de educação para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Capitais.

Jefferson Mariano é doutor em Desenvolvimento Econômico e Tecnologista em Informação Geográfica e Estatística do IBGE.

Municípios aniversariantes

Abril

Dia 01 - Arealva

Dia 01 - São Miguel Arcanjo

Dia 02 - Alumínio - 27 anos



As origens do município de Alumínio remontam ao ano de 1899, quando foi inaugurada a estação ferroviária de Rodovalho. Alumínio pertenceu ao município de São Roque até 1957, quando Mairinque foi emancipado; mesmo assim, Alumínio continuou sendo um bairro, desta vez de Mairinque. Em 1991, Alumínio finalmente se tornou município e possui hoje 19 mil habitantes.

Dia 02 - Capão Bonito - 161 anos



No ano de 1746, um pequeno povoado surgiu em terras da então Vila de Itapetininga, no local cognominado Arraial Velho, e que recebeu o nome de N. Sra. da Conceição do Paranapanema. Foi o vigário, Padre Manoel Luiz Vergueiro, que trabalhou pelo progresso do povoado, sendo considerado seu fundador. Em 1857 foi oficialmente desmembrada de Itapetininga. Atualmente possui 48 mil habitantes.

Dia 02 - Cotia

Dia 02 - Pacaembu

Dia 02 - Pongai

Dia 02 - Suzano

Dia 03 - Cerquilha

Dia 03 - Jacaré

Dia 02 - Vinhedo - 69 anos



Entre Jundiaí e Campinas, criou-se naturalmente, em meados de 1620, um pouso de tropeiros e, para usufruto destes, uma pequena plantação de subsistência, uma “rocinha”, que mais tarde passou a ser uma vila com o nome de Rocinha. Já nesta época, com a vinda de imigrantes italianos, foi introduzida na vila de Rocinha a cultura da uva como principal produto agrícola. A uva passa então a ser a base da economia local. Em 2 de Abril de 1949 Rocinha torna-se município, passando a se chamar Vinhedo. A cidade conta hoje com cerca de 75 mil habitantes.

Dia 03 - Planalto

Dia 03 - Reginópolis

Dia 04 - Alfredo Marcondes

Dia 04 - Aramina

Dia 04 - Cruzália

Dia 04 - Itajobi

Dia 04 - Jaci

Dia 04 - Marília

Dia 05 - Mococa - 162 anos



Tudo começou na primeira metade do século XIX, quando os entrantes Mineiros, sabendo da alta fertilidade que o solo da região proporcionaria, iniciaram o desbravamento da mata virgem e deram início as primeiras ocupações. Alguns anos depois, foi implantada a primeira lavoura de café. Em 1871, passou à condição de vila e somente em 1875 veio a ser considerada cidade oficialmente. Conta hoje com cerca de 69 mil habitantes.



Araçoiaba da Serra começou em uma região que, desde meados do século XVI, vinha sendo percorrida por bandeirantes em busca do ouro. Por volta do ano de 1589, Afonso Sardinha e um grupo de pessoas instalaram-se às margens do Ribeirão Ipanema, no sopé da Serra Araçoiaba. Em lugar de ouro, Afonso Sardinha encontrou minério de ferro. O nome Araçoiaba foi dado pelos índios tupiniquins ao olharem, durante o entardecer, a sombra formada pela única montanha da região e significa “esconderijo do sol”. Atualmente tem cerca de 35 mil habitantes.

Dia 06 - Pedra Bela

Dia 07 - Jequara

Dia 07 - Oleo

Dia 07 - Ribeirão Corrente

Dia 07 - Torrinha

Dia 08 - Santo André

Dia 09 - Conchal

Dia 09 - Cubatão

Dia 09 - Itariri

Dia 09 - Mogi Guaçu

Dia 09 - Pedro de Toledo

Dia 09 - Pirapozinho

Dia 10 - Artur Nogueira

Dia 10 - Juquiá



O povoado que deu origem a Amparo, formou-se no final do século 18, próximo ao cruzamento entre dois caminhos. Um deles era da região de Campinas, que se dirigia ao Sul de Minas, e o outro, de Atibaia, que se dirigia aos Mogi-Mirim e Guaçu. Por volta de 1824, os moradores do retiro construíram uma capela dedicada à N. S. do Amparo, que mais tarde daria nome à cidade. A população estimada é de 71 mil habitantes.



No final do século passado, Joaquim Pedro da Silva construiu a primeira moradia da região, onde constituiu família. O lugarejo passou a ser chamado de São João Batista do Marinheiro. A transformação do distrito em município ocorreu em 1948, adotando-se o nome de Álvares Florence em homenagem ao ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Dr. Francisco Álvares Florence. Hoje são cerca de 4 mil habitantes.



A povoação de São João do Ariranha, fundada em 1892, constituiu o seu patrimônio por doação de terras. A antiga povoação localizava-se nas proximidades do córrego Ariranha, afluente do Ribeirão da Onça. Ariranha no tupi, “irára-ana”, um carnívoro da mesma espécie das lontras. O nome que se resumiu apenas a Ariranha devido a grande quantidade de animais deste mesmo nome que habitavam os rios da região. Hoje com, aproximadamente, 10 mil habitantes.



A partir de 1842, por questões de desavenças políticas o povoamento se deslocou alguns quilômetros além de Caçapava-velha, em sítio mais próximo do rio Paraíba. Caçapava em 1855, foi elevado à categoria de Vila, chegando já em 1875, à cidade, passando a capela de São João Batista a ser a Matriz da paróquia de Nossa Senhora da Ajuda. Atualmente, são cerca de 93 mil habitantes.

Dia 10 - Pontes Gestal

Dia 10 - Serrana

Dia 11 - Cafelândia

Dia 14 - Botucatu

Dia 14 - Catanduva

Dia 14 - Gália

Dia 15 - Anhembi

Dia 15 - Jales

Dia 15 - Iacanga - 93 anos



O nome Iacanga é de origem Tupi e significa "nascente de água". A história do município teve o seu início no século XIX com a chegada dos primeiros colonos nas áreas próximas ao rio Ribeirão Claro. Em 1909 o local tornou-se distrito de Pederneiras e passou a se chamar Iacanga. A emancipação política ocorreu em 15 de abril de 1925. Com cerca de 12 mil habitantes.

Dia 20 - Águas de Sta Bárbara - 150 anos



Vindos do Amazonas, Francisco Dias Baptista e Pedro Dias Baptista, filhos do conhecido Capitão Apiaí (Ignácio Dias Baptista) fundaram em 13 de agosto de 1811 a vila de São Domingos, as margens do Rio Pardo. O local deu origem ao município de Santa Bárbara do Rio Pardo. Em 1811 passou de distrito a município, e em 1978 o nome foi alterado para Águas de Santa Bárbara, hoje Estância Hidromineral. A população estimada é de 6 mil habitantes.

Dia 17 - Jarinu

Dia 18 - Bilac

Dia 19 - Santo Expedito

Dia 20 - Caraguatatuba

Dia 20 - Cunha

Dia 20 - Paranapanema

Dia 22 - Itanhaém

Dia 24 - Oscar Bressani

Dia 21 - Bofete - 96 anos



Foram os mineiros Vicente Ferreira da Costa, Félix Hilário e João Antônio Gonçalves os fundadores de Bofete. Em 1847, o local ficou conhecido como "Patrimônio de Nossa Senhora da Piedade". Como os tropeiros utilizavam uma gruta na região para se abrigarem e armazenar mantimentos, deram o nome a gruta de Bufete, que estava ligado à ideia de abundância. Mais tarde, o nome foi alterado para Bofete e conferido ao município. Hoje com cerca de 11 mil habitantes.

Dia 21 - Colina - 92 anos



Colina, foi fundado pelo Cel José Venâncio Dias, que doou terras de sua propriedade para formação do patrimônio. Logo foram construídas novas habitações. Anos mais tarde, o Governo Estadual adquiriu a fazenda Colina para pesquisas agropecuárias e as técnicas desenvolvidas incentivaram a policultura, destacando-se, atualmente, a citricultura, algodão e milho. Atualmente com 19 mil habitantes.

Dia 21 - Lins - 98 anos



Lins nasceu no cruzamento de uma trilha de índios, localizada nas proximidades dos Rios Tietê e Dourado e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O trecho da ferrovia, que deu origem ao município, foi inaugurado em 1908, pelo Presidente da República Afonso Pena. Foi batizada de "Albuquerque Lins", em homenagem ao político paulista Manuel Joaquim de Albuquerque Lins. A população estimada de 77 mil habitantes.



As primeiras notícias que se tem da cidade de Tejupá remontam ao fim do século XIX, por volta de 1.868, com a criação do povoado de Nossa Senhora da Patrocínio, pelas famílias Leal, Ilhéus e Pifanos. O topônimo Tejupá, segundo a tradição local, significa vale montanhoso. É de origem tupi e significa aglomerado de ranchos ou pousos onde vive o povo. O número de habitantes é de, aproximadamente 5 mil.



A localidade de Buquira, foi dada a denominação de Monteiro Lobato, em homenagem ao escritor Paulista que ali viveu e se inspirou para escrever muitas de suas obras, quase todas de literatura infantil. Monteiro Lobato residiu longo tempo na “Fazenda do Visconde”, em terras de sua avó. Em 1948, mudou a denominação para Monteiro Lobato. Com aproximadamente 5 mil habitantes.

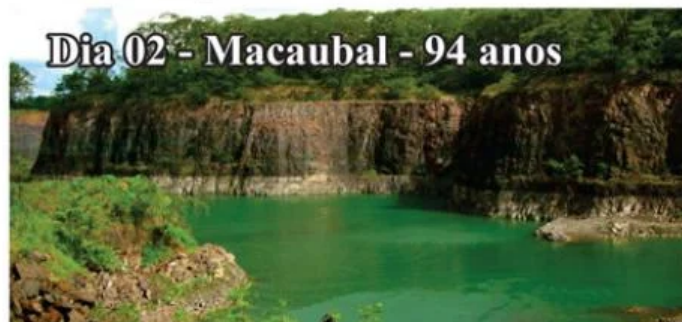


Os primeiros habitantes da região foram os índios puris, caetés, guarulhos e cataguás. A região começou a ser percorrida por desbravadores de origem portuguesa no XVI. O dia 29 de abril de 1874 foi considerado o dia oficial de fundação de Campos do Jordão. No século XIX, a região adquiriu fama devido ao seu clima, como local ideal para o tratamento de doenças do pulmão. Atualmente com cerca de 52 mil habitantes.

Dia 25 - Itaberá
Dia 27 - Tabatinga
Dia 28 - Lençóis Paulista

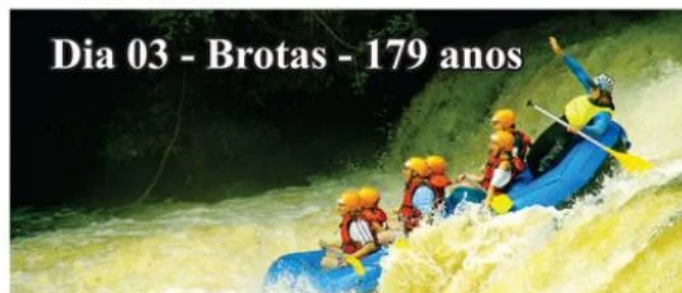
Maio

Dia 01 - Murutinga do Sul
Dia 02 - Guapiara



A formação do núcleo urbano de Macaúbal deu-se em 1924, no espigão divisor das fazendas Coqueiros e Ponte Nova, a partir da construção de uma capela pelos primeiros povoadores. A pecuária e as lavouras de café, arroz e milho possibilitaram um maior desenvolvimento do Distrito. Passados alguns anos, começou a ser introduzida na comunidade a sericicultura, atualmente uma das principais atividades econômicas, representada por mais de trezentas sirgarias (estabelecimento onde se prepara o fio da seda). Hoje, com cerca de 8 mil habitantes.

Dia 03 - Areiópolis
Dia 03 - Bebedouro
Dia 03 - Catiguá
Dia 03 - Cesário Lange
Dia 03 - Iracemápolis
Dia 03 - Poloni



Em meados de 1839, foi construída uma capela dando origem ao povoado. Os primeiros a morarem na região foram algumas famílias mineiras. O território pertencia às Sesmarias da região de Araraquara e era cortado pelas trilhas de expansão de Minas para o interior do Estado. O aniversário da cidade é celebrado no dia 03 de maio, devido a uma antiga comemoração católica, a de Santa Cruz. Com população estimada de 24 mil habitantes.



Pinhalzinho nome derivado da abundância de araucárias na região, foi fundada em 1840 e até os anos 1950 foi um reduto de sobrevivência do dialeto caipira, a língua portuguesa falada com forte sotaque da língua nheengatu ou língua geral falada pelos povos do tronco tupi. A cidade conta, atualmente, com cerca de 15 mil habitantes.



Por volta de 1940 a Estrada de Ferro Araraquarense demandava rumo ao extremo oeste de São Paulo. Os grandes proprietários da região, motivados pela fácil comunicação com outros centros, passaram a lotear suas terras em pequenas fazendas, para facilitar o povoamento. Na ocasião da emancipação política, em 1948, ocorreu a alteração do nome Jacilândia para Valentim Gentil, em homenagem ao Deputado Estadual, então Presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Atualmente com cerca de 13 mil habitantes.



No ano de 1934, foi criado o Distrito de Paz de "Floresta", em Pederneiras, passando para Itapui em 1938, com a denominação de "Boracéia", que segundo antigos moradores, significaria "terra boa". A população de Boracéia hoje é de 5 mil habitantes.

- Dia 03 - Rio Grande da Serra
- Dia 03 - Santa Cruz da Conceição
- Dia 03 - Santa Cruz das Palmeiras
- Dia 03 - Santópolis do Aguapeí
- Dia 03 - São Francisco
- Dia 05 - Biritiba Mirim
- Dia 05 - Garça
- Dia 06 - Irapuru
- Dia 08 - Itapecerica da Serra
- Dia 08 - São Luiz do Paraitinga
- Dia 12 - Indiaporã
- Dia 13 - Cajobi
- Dia 15 - Monte Alto
- Dia 18 - Guaíra
- Dia 18 - Piratininga



Alambari pertencia ao município de Itapetininga em 1820. Naquela época o Major Domingues Afonso, seguia viagem para Guaratinguetá acompanhado de sua esposa e de seu filho Afonso. Ao atravessar um lajeado, o pequeno Afonso caiu do animal, fraturou o crânio, ficando desacordado. Domingos Afonso e sua esposa comprometeram-se em construir uma capela sob a invocação do Senhor Bom Jesus de Alambari, caso o filho recobrasse os sentidos. Ele se curou. O município conta hoje com uma população de 6 mil habitantes.



Em 1590, o mameluco Affonso Sardinha, conhecido como Capitão-Mor de São Paulo de Piratininga registra ter encontrado ouro de lavagem nas proximidades do Morro do Vuturuna, sendo este o marco histórico da formação de Araçariгуama. Em 1962, foi construída a Rodovia Castelo Branco, para abrir um novo caminho em direção a Mato Grosso e Paraná, o que trouxe ares de progresso e esperança de desenvolvimento para o então distrito de Araçariгуama. Atualmente com cerca de 21 mil habitantes.

Dia 19 - Arapeí
Dia 19 - Barra do Chapéu
Dia 19 - Bertioga
Dia 19 - Cajati
Dia 19 - Campina do Monte Alegre
Dia 19 - Canitar
Dia 19 - Dourado
Dia 19 - Emilianópolis
Dia 19 - Engenheiro Coelho
Dia 19 - Estiva Gerbi
Dia 19 - Hortolândia
Dia 19 - Novais
Dia 19 - Potim
Dia 19 - Ribeirão Grande
Dia 19 - Saltinho
Dia 19 - Tuiuti
Dia 20 - Piedade
Dia 21 - Jumirim
Dia 21 - Paulistânia



O crescimento populacional incentivou a instalação de casas comerciais e, em 1943, foi construída a primeira igreja em louvor a São Sebastião. Somente dez anos mais tarde, em 30 de dezembro de 1953, o patrimônio Coroados foi elevado à categoria de distrito do município de Iepê, com o nome de Nantes, em homenagem a Messias Nantes, pioneiro da região morto em um conflito pela posse de terras devolutas. Tornou-se município em 27 de dezembro de 1995. Atualmente com cerca de 3 mil habitantes.

Dia 22 - Bom Jesus dos Perdões
Dia 22 - Fernandópolis
Dia 22 - Igarapava
Dia 22 - Neves Paulista
Dia 22 - Sales Oliveira
Dia 22 - Santa Branca
Dia 23 - Bocaina
Dia 24 - Nova Odessa
Dia 29 - São Pedro do Turvo
Dia 30 - Palestina
Dia 30 - São Joaquim da Barra
Dia 30 - Valparaíso



Por volta de 1841, chegaram ao local pelo rio Tietê o sertanista Manoel dos Santos Simões com seus filhos. Em 1848, o sertanista registrou na Paróquia de Sta Ana suas terras como "Fazenda Pederneiras". Em 22 de maio de 1891 foi criado o município de São Sebastião da Alegria, que em 1895, voltou a se chamar "Pederneiras". A cidade conta hoje com cerca de 46 mil habitantes.



Santa Rita do Passa Quatro foi fundada em 1860 por Inácio Ribeiro do Valle e seu filho Francisco Deoclesiano Ribeiro, em terras do Distrito de São Simão. O local já era conhecido por Passa Quatro, devido à existência de um córrego com esse nome e com a construção da capela passou a ser chamada de Santa Rita do Passa Quatro. A cidade passou a viver da cafeicultura e recebeu imigrantes italianos, que contribuíram para o crescimento do município. Atualmente com 28 mil habitantes.



Santa Rita D'Oeste foi criada pela Lei nº 2456 de 30 de dezembro de 1953, sendo que em seguida, foi instalado o Cartório do Registro Civil. O desenvolvimento foi tal que em 1963 a emancipação política e administrativa de Santa Rita D'Oeste se fez necessário. E a 21 de março de 1965, era solenemente instalado o município de Santa Rita D'Oeste e dado posse aos seus primeiros mandatários. Hoje com cerca de 3 mil habitantes.



Atentado à brasileira

Quem circula, hoje, pela Praça dos Três Poderes, em Brasília, pode até passar batido pelo grande, alto mastro com uma bandeira nacional imensa a tremular no topo. Mas, aqui, ali já foi objeto de muitas polêmicas, com justificativas variadas. Uma, com viés francamente político, condenava o, digamos assim, monumento, por ter sido implantado, nos idos de 1972, pelo presidente Médici, um dos chefões colocados no Palácio do Planalto pela ditadura militar. Outra das discordâncias bordejava aspectos estéticos. Os contrários à permanência do que chamavam de “coisa” no coração administrativo da cidade e do país, vociferavam por achá-lo feio e discordante do contexto arquitetônico do entorno.

Quando, nos idos dos anos 80 o regime militar chegou ao fim e foi implantada a chamada Nova República com o esperto maranhense José Sarney no comando, anunciaram que o mastro seria retirado. Neste caso justificavam a remoção por medida de economia. É que a bandeira, imensa, segundo alguns com mais de 200 m² (exagero?), ocasionava muitas despesas, uma vez que precisava ser trocada a cada 30 dias. E, para essa troca, sempre feita com pompa e circunstância cada vez sob o patrocínio de um dos Estados da Federação, muitos convidados iam ao Distrito Federal na base da mordomia, com hospedagens em caros hotéis e alimentação de primeira para a horda. Anunciada a demolição do mastro, todos esperaram.

Esperaram, diga-se, em vão, uma vez que não ocorreu retirada nenhuma. O que, meses após a promessa, levou certa organização clandestina sediada numa das cidades satélite de Brasília, conhecida como Frente Revolucionária de Taguatinga (FRT), a organizar a implosão do enorme mastro num atentado. Para o cumprimento da missão, designaram três revolucionários, sendo dois rapazes e uma moça.

Bom, mas o que estou querendo

contar é que, como o fantástico monumento permanece onde sempre esteve, é mais do que lógico supor que o planejado atentado não surtiu efeito. Depois, pelo fato do caso nunca ter sido noticiado pela imprensa da época, sempre esteve a dormir uma história realmente curiosa. Que, hoje, com esta crônica, vem, como se diria antigamente, à lume pela primeira vez.

Quem me contou os fatos sobre a ação revolucionária foi um dos rapazes designados para o cumprimento da tarefa anti-mastro. Atualmente tal cidadão, já não tão moço como nos dias d'antanho, é próspero empresário na mesma Taguatinga que sedia a organização clandestina FRT.

Para o cumprimento da ação os dois jovens e a moça dela encarregados começaram roubando, de uma pedreira em Goiânia, algumas bananas de dinamite. Isto feito, rascunharam minucioso plano de ação a ser executado nas imediações da Praça dos Três Poderes, com horários rígidos e movimentação precisa. Naturalmente tinham que agir à noite e, pelas 23 horas, se dirigiram para o sustentáculo da imensa bandeira.

— Mas — me contou o antigo, se assim podemos chamar, antagonista — no instante em que chegamos para a operação, verificamos que havia um grupo de pessoas ao pé do mastro.

— Outros revolucionários que se anteciparam? — Indago.

— Negativo. Tratava-se de alguns estudantes.

— Fazendo algum protesto?

— De certa forma sim. Pois, como a aura da ditadura ainda perdurava, apesar do Sarney, eles faziam uma serenata para homenagear o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que aniversariava naquele dia. E JK, como você sabe, sempre foi uma espinha cravada na garganta dos milicos.

— De fato — concordo — vai ver que os moços estavam cantando o “Peixe Vivo”.

— Exato. E nós ali, querendo explodir as bananas de dinamite

para acabar com o tal mastro.

— Mas como? — Arregalo os olhos — Não me diga que vocês estavam com os explosivos na mão.

— Não, acondicionados. Ironicamente, porém, talvez essa tenha sido a nossa desgraça...

— Como assim? — Agora eu derretia de curiosidade.

— Veja só: como as circunstâncias eram favoráveis, resolvemos nos aproximar.

— Posso saber pra que?

— Para sondar se os caras da seresta iam demorar.

— Já sei — dou um sorriso.

— Como já sabe? — O antigo militante da FRT me encara.

— Ora, vocês chegaram aos seresteiros, enturmaram, a lembrança de JK é sempre estimulante, acabaram tomando umas e outras e o atentado foi para as calendas.

— Nada disso. O que aconteceu é que o pessoal da serenata estava meio confuso.

— Confuso?

— É que três deles tocavam violino. E, de repente, os do violão acharam que só este instrumento deveria ser usado.

— Ora — abro os braços — e o que a dissidência musical teve com o fracasso da missão?

— Muito simples — o amigo acentua — num determinado momento os violinistas acharam que estavam demais e resolveram ir embora.

— Diabo — dou um grunhido — e só por isso vocês deixaram de explodir o mastro?

— Claro — ele termina — pois ocorreu certa confusão, até com empurrões pra cá e pra lá; e os músicos levaram a caixa de violino errada. Exatamente aquela na qual, para camuflar, estávamos levando as bananas de dinamite...

Ah, sim, o mastro com a bandeira está lá até hoje. E, a bem da verdade, muito pouca gente nele presta atenção.



**FUNDAÇÃO
IVETE VARGAS**
PESQUISA E EDUCAÇÃO POLÍTICA



UNCORFIV
Universidade Corporativa
da Fundação Ivete Vargas

A **Fundação Ivete Vargas** é uma entidade civil, de direito privado, com sede em Brasília, tem como missão, fomentar e realizar pesquisas e estudos de educação e formação política, além de promover a formação cidadã.

A instituição também comprometida com o desenvolvimento do país, busca, promover a capacitação no meio político, da administração pública, e civil, através de cursos elaborados e implementados pela Universidade Corporativa da Fundação Ivete Vargas (UNCORFIV), sua Universidade virtual

A **FIV** e **UNCORFIV** convidam pessoas envolvidas nestas áreas, além de gestores administrativos, agentes políticos, atores sociais, cidadãos, a participarem de seus cursos gratuitos de capacitação e formação oferecidos pela UNCORFIV.

A entidade também é responsável pelo:

- planejamento,
- organização
- promoção,
- de congressos
- conferências
- seminários, de interesse público,

Tudo isso, através da celebração de convênios.

TV CANAL DA CIDADANIA



ATENÇÃO

Srs. Prefeitos e Presidentes da Câmara de Vereadores
não percam esta única oportunidade.

Está disponível para seus municípios um canal de televisão aberto e digital

TV CANAL DA CIDADANIA

Uma ferramenta importante para a Lei da Transparência, divulgação dos atos da gestão, entre outros e à criação de uma grande rede de comunicação municipalista.



Para maiores informações e consultoria entre em contato:

11 | 2165-9999